

BOLETIM CLASSISTA

Nº 26 – 2da QUINZENA DE JULHO DE 2020

Contribuição Solidária R\$ 2,00

Banqueiros Acima de Tudo ?

EM DEFESA DE UM PROGRAMA CLASSISTA



A mídia burguesa tem insistido que a pandemia seria a grande responsável pela atual redução da atividade econômica mundial e no Brasil. É inegável que a pandemia deu um patamar mais elevado a crise chegando até mesmo alterar o tempo de rotação do capital. Todavia, para termos a noção exata da dimensão da crise temos que fazer um resgate histórico deste processo. Nesta direção, temos que ver a dimensão da crise capitalista mundial de 2008 em suas várias etapas, que levaram a uma situação em que parte da economia mundial, especialmente na União Europeia e Japão, tenham taxa de crescimento pífias, mesmo quando as taxas básicas de juros cobradas, pelos bancos centrais estejam próximas de zero. A China era a grande exceção, naquele momento.

No Brasil não foi diferente. A taxa de crescimento do PIB, desde de 2014, tem registrado índice próximo de zero ou abaixo de zero: em 2014 (0,5%), 2015 (-3,5%), 2016 (-3,3%), 2017 (1,3%), 2018 (1,3%) e 2019 (1,1%). Tal fato não impediu que o setor financeiro tivesse rentabilidade elevadíssima, enquanto se propagava o desemprego e a redução do poder de compra dos trabalhadores. Tudo isso foi acompanhado por uma elevada valorização na bolsa de São Paulo, que chegou aos 116 mil pontos, antes do início da pandemia. O agravamento deste quadro não depende só do que ocorre no Brasil. Entretanto, o governo brasileiro tem feito tudo no sentido de aprofundar tal crise, pois nada fez para um combate efetivo ao COVID 19.

Temos um agravamento no processo de endividamento dos Estados, “desenvolvidos” ou “subdesenvolvidos”, que compromete não só o combate contra a pandemia e a geração de políticas de combate a recessão, já que grande parte do dinheiro público está sendo destinado ao pagamento de uma imensa dívida pública, originada na crise em momento anterior a pandemia.

No caso do Brasil, a atual dívida pública resulta em primeiro lugar dos empréstimos externos feitos por Estados, municípios, empresas estatais e da União, durante a ditadura militar na década de 1970. Em segundo lugar, com elevação da taxa de elevação da taxa de juros pelo Banco Central do dos EUA de 5% para 20% ao ano, no início dos anos 1980. Em terceiro lugar, pela conversão da dívida externa em dívida pública dos estados e posterior federalização desta junto à União e sua rolagem por 30 anos. Este processo, além de ter exigido a privatização das empresas estatais, permitiu a cobrança de taxas de juros muito elevadas pela União. Em quarto lugar, pela política de juros altos praticada pelo Brasil visando a estabilidade da moeda, desde 1994, com o Plano Real.

Além destes fatores que impulsionaram as dívidas públicas, temos um novo acelerador vindo dos efeitos das novas etapas da crise capitalista. A crise do capital e a intervenção deficitária dos Estados nacionais, no sentido de salvar as grandes empresas e bancos levaram a uma etapa de endividamento que comprometeu a capacidade fiscal desses Estados. Desta forma, cada vez que estes países faziam ajuste fiscal, para pagar as crescentes dívidas vindas daquela crise, acabavam comprometendo as políticas sociais. Isto fica mais claro quando observamos que todos países deviam em 2005 um total de US\$ 22 trilhões e que passaram a dever US\$ 41 trilhões em 2011. Ou seja, a conta para os países arcarem o salvamento das grandes corporações da crise de 2008 já era de US\$ 19 trilhões.

Grande parte desta dívida contraída pelos estados não teve como consequência uma expansão da economia, mas a retomada da especulação nas bolsas mundiais. Portanto, a pós pandemia trará uma nova dimensão da dívida desses países em função dos recursos direcionados aos grandes grupos econômicos,

novamente. Agora, quando o dinheiro público mais uma vez é direcionado para salvar os grandes grupos, temos uma proposta de privatização da água, tendo como base empréstimos do banco estatal BNDES. Em outras palavras, cada vez mais dinheiro público para a burguesia enquanto se aprofundam as privatizações, tentando além disso a eliminação dos servidores públicos nas três esferas com o fim dos concursos públicos e das carreiras.

Quando analisamos as contas públicas estaduais, observamos uma grande queda na arrecadação, fruto da pandemia. Todavia, o quadro fiscal dos Estados já era grave antes da pandemia. Estes estados já estavam estrangulados devido ao grande volume de recursos destinados ao pagamento dos respectivos serviços das dívidas estaduais, mesmo tendo passado por uma nova etapa de renegociação da dívida por mais 20 anos, conforme a Lei Complementar nº 156/2016. Além desse fato tínhamos uma queda de arrecadação devido ao não repasse das perdas vindas da desoneração das exportações pela União. Somado isso temos a prática de outras renúncias fiscais dentro da chamada guerra fiscal que somente no Estado de São Paulo representou 22 bilhões em 2019, ou mais que o dobro dos orçamentos das paulistas (USP, UNESP e UNICAMP). Atualmente a União tem um comprometimento do seu orçamento de 40% com o serviço da dívida, enquanto os Estados comprometem quase 10% das Receitas Correntes Líquidas.

A suspensão da dívida dos estados durante a pandemia pouco vai resolver se não for feita uma auditoria, como estabelece a Constituição Federal, já que são fortes os indícios de que parte da dívida é ilegal. Vale lembrar que as perdas para o Banco Central, provocadas pelo 'swap' cambial chegam a R\$ 61 bilhões, enquanto os repasses para os estados combaterem a Covid 19 é de R\$ 60 bilhões. O caráter de classe do Estado fica mais claro na ação ágil para repassar recursos para os bancos, e muita demora na liberação do auxílio emergencial. Além disso, o governo que liberou para 46,2 milhões de brasileiros as parcelas de R\$ 600, que representa a liberação de R\$ 70 bilhões, liberou para os bancos R\$ 1,2 trilhão. Ou seja, R\$ 70 bilhões para 46 milhões de habitantes e trilhões para as poucas famílias que fazem parte do sistema financeiro no Brasil. Mais grave foi aprovação da PEC 10/2020, que permite a compra de títulos podres destes bancos, o que pode impulsionar uma nova dívida pública de quase R\$ 1 trilhão. Se para os bancos os recursos não faltam, para os pequenos e médios os recursos não foram mobilizados. Ou seja, a política do governo Bolsonaro e de todo o regime político é *banqueiros acima de tudo*.

Vamos depender do surgimento de uma vacina ou de um tratamento para o COVID 19. Todavia, a forma de desgoverno que estamos enfrentando pode prolongar ainda mais o tempo de combate aos efeitos da pandemia, ampliando o número de mortos e também de falências de empresas, que surgirão em parte devido a irresponsável iniciativa do governo federal. Por outro lado, não sabemos ainda da possibilidade de retomada da pandemia nos países que são estão saindo do isolamento social. A saída da crise não depende,

somente, dos efeitos pós-pandemia, mas dos fatos que determinaram a fase anterior de retração econômica e de endividamento público e privado.

A ocorrência da pandemia deu à crise em andamento um novo patamar e uma nova justificativa de gastos públicos, sem que se alterasse a trajetória de privatização dos serviços públicos, dentro da política de austeridade fiscal, colocada em prática na maioria dos países. Com isso, na maioria dos países se criava auxílios emergenciais para minimizar os efeitos sociais sobre os trabalhadores, que perderam o emprego ou que tinham de se manter em isolamento social, enquanto liberaram trilhões de dólares para salvar as empresas que já estavam em crise anteriormente, mas que entraram em colapso na fase atual. Tudo isso acaba por impulsionar uma nova etapa de endividamento dos Estados nacionais que mais uma vez buscarão aos próprios agentes privados, que serão socorridos para comprarem os novos títulos de dívida pública. No Brasil temos um novo ciclo de endividamento interno e externo dos Estados configurando maior dependência destes junto aos bancos e garantia de contratação de obras junto às empreiteiras

Todavia, para o pagamento do serviço da dívida pública, tanto da fase anterior como da futura, os Estados recorreram as políticas de ajustes fiscais que significaram uma nova etapa da política de austeridade. As desigualdades sociais que são próprias do próprio modo de produção capitalista passam a ser amplificadas à medida que se aprofundam os desmontes das políticas e direitos sociais. A dívida pública, foi ampliada na fase inicial do desenvolvimento capitalista. Teve uma nova grande expansão quando o capitalismo chegou a sua fase imperialista que provocou a corrida imperialista na disputa pelo mercado mundial. Tal fato, levou as duas guerras mundiais e a guerra fria. Esta mesma dívida pública que foi transformada no mecanismo de saída da Grande Depressão dos anos 1930, dentro da lógica da política keynesiana, chegou aos anos 1980 com um volume gigantesco tendo nas etapas seguintes de crise capitalista um grande acelerador.

O desenvolvimento da vacina acaba sendo o elemento mais importante para o restabelecimento do que se poderia chamar de normalidade, justamente no momento em que os investimentos sociais foram atacados pela Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos sociais por 20 anos para assegurar o pagamento da dívida pública. Parte da chamada esquerda busca por uma nova política de conciliação de classes abandonando as bandeiras classistas e tentando uma nova frente eleitoral para 2022, enquanto atacam até mesmo a iniciativa de fazer a auditoria da dívida pública. Desta forma o aprofundamento da crise capitalista está sendo acompanhado por um grande recuo de parte da esquerda na busca de ser confiável a setores da burguesia. Torna-se fundamental uma frente efetivamente classista que contribua na mobilização independente da classe trabalhadora.

José Menezes Gomes

QUANDO OS TRABALHADORES PRECÁRIOS DÃO O EXEMPLO



No dia 1º de julho os trabalhadores de entregas por meio de aplicativos realizaram por todo o Brasil (tendo reflexos inclusive em outros países da América Latina) importante paralisação, que foi um fenômeno novo, e extremamente importante, na luta de classes. Sendo um dos setores mais precarizados da classe trabalhadora atualmente, não contando nem com os limitados direitos formais de outras categorias, os trabalhadores de entregas por meio de aplicativos deram um importante exemplo de mobilização e luta, frente ao imobilismo da esquerda oficial, que continua passiva em relação a crise política e social que afeta o país em meio a pandemia causada pelo coronavírus.

Fenômeno relativamente recente, a emergência de empresas de entregas por via de aplicativos virtuais cria formas novas de exploração e submissão da classe trabalhadora ao capital, fazendo surgir novos discursos, inclusive, para mascarar essas novas formas de exploração, como o discurso de que os trabalhadores de entrega não são proletários, mas sim "empreendedores", e que nesse sentido não deveriam lutar por direitos trabalhistas, mas antes se colocar pela, suposta, liberdade de iniciativa empresarial. Por meio de sua organização e luta os entregadores mostraram que não caem nessa conversa mole, construída de forma consciente pela patronal dos aplicativos (empresas como Rappi, Uber eats, etc) para enganar os trabalhadores. Em uma forte mobilização, de moto ou bicicleta, os trabalhadores ocuparam a Avenida Paulista e vias adjacentes em SP, mostrando a força da classe trabalhadora, quando organizada.

Entre suas reivindicações estava o aumento no repasse por cada corrida de entrega feita, o direito ao vínculo empregatício, garantindo assim um mínimo de segurança em caso de doenças ou acidentes, e os demais direitos trabalhistas reconhecidos em lei a que devem ter direito todos os trabalhadores, mesmo nas condições precárias impostas pelo capitalismo (salário mínimo, férias, etc).

A mobilização poderia ser ainda mais importante se a esquerda não voltasse, mais uma vez, a funcionar como freio para as lutas. Influenciados pelo movimento dos entregadores, e lutando também por demandas próprias, os metroviários de SP tinham tirado poucos dias antes, em assembléias virtual (por conta da pandemia) uma paralisação conjunta para o mesmo dia 01/07, com o expressivo quórum de mais de 90% dos trabalhadores a favor da mobilização (segundo relatos de metroviários).

Contudo, a direção do sindicato, no dia anterior, ao invés de impulsionar a mobilização propôs adiar a paralisação, como forma de mostrar "boa vontade" na negociação na justiça com a patronal. Uma paralisação unificada entre entregadores e metroviários teria um forte impacto na realidade nacional, e seria forma de ajudar na mobilização e reconhecimento, ainda inicial, dos entregadores como setor próprio e importante da classe operária brasileira. Hoje em São Paulo é visível o peso social dos entregadores de aplicativo. Basta um olhar pela janela de casa, uma caminhada pelas ruas, e os vemos em todos os lugares. Setor precário, predominantemente negro, os entregadores de aplicativos tendem a se tornar categoria fundamental em grandes centros urbanos onde o setor de serviços cresce de forma rápida, frente a crise da indústria de transformação.

A traição das direções sindicais, no entanto, é fato menor frente a importância e novidade da mobilização, espontânea e independente, dessa categoria nova e combativa. Todo militante, todo trabalhador consciente, só pode comemorar a entrada em cena desse novo e importante contingente da classe trabalhadora na luta. Qualquer setor da esquerda que se reivindique combativo e classista tem a obrigação de cercar de solidariedade essa luta e mobilização. Viva a organização e mobilização dos entregadores de aplicativos!!

Santiago Marimondo

O Brasil vai Quebrar ?

UMA CRISE CATASTRÓFICA

A disrupção das cadeias de valor, o colapso espetacular da demanda agregada e o estouro da bolha financeira jogaram a economia mundial na maior crise da história do capitalismo. Enquanto a pandemia de coronavírus não for superada, o que, provavelmente, levará de 12 a 18 meses pelo menos, a economia mundial permanecerá prostrada. A expectativa dos sacerdotes da ordem de uma rápida recuperação do crescimento em 2020 foi definitivamente sepultada e a possibilidade de uma relativa normalização da situação em 2021 é bastante remota. Mas a reorganização do circuito de valorização não será automática, como supõem os modelos de equilíbrio geral. A crise econômica agrava a contradição entre o horizonte global da valorização da riqueza e o caráter nacional das formações sociais, exigindo mudanças de grande envergadura no sistema capitalista mundial e na ordem econômica mundial. A escalada da luta de classes e das rivalidades nacionais daí decorrentes coloca no horizonte um período de grande convulsão social, turbulência política e incerteza econômica.

No Brasil, as consequências destrutivas da crise global serão potencializadas pelo acúmulo de contradições não resolvidas que se arrastam desde 2015, bem como pela absoluta falta de uma estratégia consistente para enfrentar a epidemia, o colapso da demanda agregada e a desorganização caótica do sistema produtivo. O mergulho recessivo em curso golpeará uma economia que, após 24 trimestres, não voltou ao nível de atividade anterior à recessão. É a estagnação mais prolongada da história moderna do Brasil. Para se ter uma ideia, a recessão dos anos 1980 – a famigerada década perdida – demorou 16 trimestres para voltar ao patamar de produção anterior à crise. Sem mudanças profundas na inserção do país na divisão internacional do trabalho, é uma ilusão imaginar que a economia brasileira possa crescer no meio da depressão global.

Ao contrário do que ocorreu nas recessões de 2009 e de 2015-2016, o impacto da crise em curso sobre o mercado de trabalho será rápido e devastador. Em 2009, ainda que aguda, a recessão foi breve, pois a partir do segundo trimestre o nível de atividade começou a se recuperar. Em 2015-2016, a crença (totalmente equivocada) de que os problemas da economia seriam passageiros levou os empresários, que após um ciclo expansivo tinham acumulado gordura, a protelar as demissões.

A situação atual é muito diferente. Empresas sobreendividadas, risco de crise de crédito, espectro de crise cambial, colapso da demanda agregada, incertezas radicais em relação ao futuro, vínculos trabalhistas precários e uma política econômica desastrosa levarão as empresas a precipitar as demissões.

O mergulho recessivo da economia brasileira encontra um setor público em profunda crise fiscal. A gravidade

do problema fica evidente quando se constata que, em 2019, após cinco anos de ajuste fiscal draconiano, puxada pelo crescimento endógeno das despesas financeiras, a proporção da dívida líquida do governo federal em relação ao PIB aumentou mais de 20 pontos percentuais. A subordinação das finanças públicas à lógica do rentismo liquida toda e qualquer possibilidade de o governo federal realizar gastos públicos compatíveis com o desafio posto pela epidemia de coronavírus e com políticas fiscais anticíclicas.

A fuga para a segurança dos capitais provocada pela crise econômica mundial colocou o espectro da crise cambial no horizonte, exigindo que as autoridades monetárias norte-americanas criassem a toque de caixa uma linha de crédito especial para mitigar o ataque especulativo contra o Real. A vulnerabilidade externa reflete tanto a presença de desequilíbrios estruturais do balanço de pagamentos – drástica contração dos superávits comerciais, crescentes déficits em conta corrente e saídas maciças de capitais estrangeiros – quanto o acúmulo de um monumental passivo externo.

Aos que imaginam que o elevado nível das reservas cambiais imuniza o Brasil contra o risco de estrangulamento cambial, não custa lembrar que, no final de 2019, os recursos de estrangeiros de elevada liquidez, prontos para deixar o país, superavam em mais de US\$ 600 bilhões o volume das reservas cambiais. Portanto, se o desdobramento da crise econômica mundial fechar os canais de financiamento externo das economias periféricas, como os organismos internacionais temem, sem uma rápida e firme centralização do câmbio as reservas cambiais serão rapidamente drenadas e o país voltará a viver o pesadelo da renegociação com os credores internacionais.

Por fim, o impacto da crise capitalista será amplificado pelas desastrosas ações e omissões do governo Bolsonaro. O darwinismo sanitário não acelerará o ciclo de imunização contra o coronavírus; ao contrário, fará a crise sanitária se arrastar por mais tempo às custas de um monumental número de vidas. As reformas liberais e a austeridade fiscal não são, nem nunca foram, remédios para depressão econômica, menos ainda numa economia em frangalhos da periferia do capitalismo.

A absoluta ausência de políticas públicas, sob o silêncio hipócrita de uma burguesia tosca, de espírito ultraeleitoral e imediatista, é hoje o principal obstáculo a uma política minimamente organizada para o enfrentamento da pandemia e da depressão que assolam o Brasil. Problemas que, por sua própria natureza, exigem ações coletivas, planejadas e coordenadas, tendo como base uma lógica de cooperação e solidariedade, não podem ser resolvidos de maneira individualista, improvisada e imediatista, tendo como critério o salve-se quem puder.

Plínio de Arruda Sampaio Jr

AS MISÉRIAS DE UMA REABERTURA CAÓTICA



Comércio, bares, restaurantes, lanchonetes, salões de beleza e academias são alguns dos estabelecimentos e serviços que começam a aparecer primeiro nos planos de reabertura, aqui e em outros países. Já é possível para os cariocas comerem fora e se reunirem nos amados botecos. As escolas vão ficando para depois e poucos professores se sentem seguros para a retomada. Mas há problemas nesse arranjo. Um deles é logístico: quando mães e pais trabalham, crianças não podem ficar sozinhas em casa. E quase dois milhões de brasileiros vivem sozinhos com seus filhos menores de 14 anos. A maioria esmagadora (1,76 milhão), é claro, são mulheres. E, entre elas, 1,1 milhão são negras. Os dados são de uma pesquisa da FGV. “Qualquer plano de reabertura sem o retorno da escola presencial tende a ampliar as desigualdades de gênero e de raça, que já são elevadas no Brasil”, afirma Cecília Machado, uma das autoras, à Folha.

Outra questão é sanitária. Há pesquisas recentes indicando que a transmissão em escolas é muito menor que em outros ambientes, como... bares. Em duas reportagens publicadas hoje nos sites STAT e Vox, especialistas concordam com a importância social de reabrir as escolas e explicam o que deveria estar sendo pensado para garantir que esse retorno seja possível e seguro em algum momento no futuro próximo. O jeito seria priorizar as escolas e manter uma série de outros serviços, como bares e restaurantes, fechados.

“Nesse momento, é a única forma de tentar evitar confinamentos absolutos”, diz Helen Jenkins, epidemiologista da Universidade de Boston. Isso porque cada local reaberto significa um potencial aumento da transmissão, em maior ou menor grau, e seria preciso planejar com mais racionalidade a ordem das reaberturas. É claro que, em locais onde o vírus está totalmente descontrolado, o ideal seria um lockdown rigoroso durante pouco tempo.

O Brasil está, há dez semanas seguidas, com uma taxa de contágio acima de 1. Hoje, a cada cem infectados, o novo coronavírus é transmitido para 103 pessoas – que, por sua vez, passam adiante o patógeno para outras 106. Como já dissemos por aqui, nossa situação foi bem pior no final de abril, quando cem pessoas com o vírus contaminavam 280. Mas fica fácil entender por que ainda não estamos em uma situação segura comparando com outro país que, pela primeira vez, conseguiu reduzir essa taxa para menos de 1: o Chile. Por lá, cem pessoas transmitem para 87, que passam o vírus para 75...

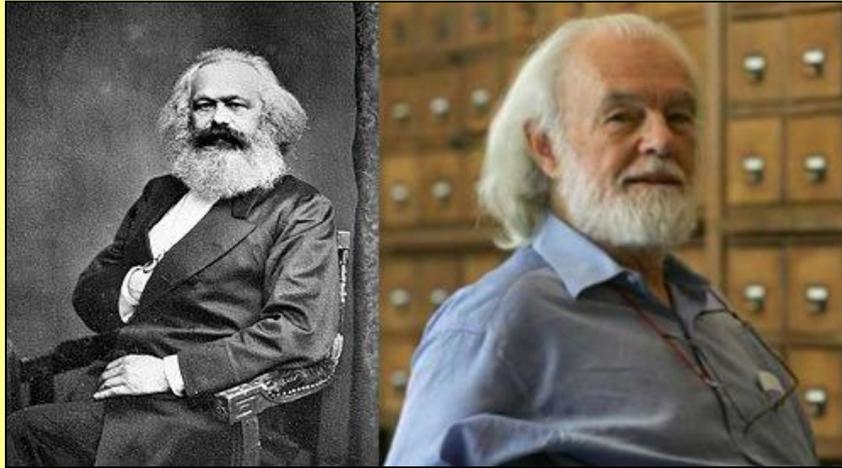
Nessa relação, nossa taxa de contágio é a 33ª maior. Mas, segundo os epidemiologistas, tivemos o maior número de óbitos estimados entre todas as nações para a semana que começou em 21 de junho: 7.590. Esse número, baseado em um modelo epidemiológico, é próximo do registrado oficialmente: 7.094. No dia em que o país ultrapassou a marca das 60 mil mortes por Covid-19, o Ministério da Saúde voltou a falar em platô. “O número de óbitos, que é a fase mais triste dessa doença, tem se mantido relativamente em um platô. Embora elevado, mas em platô”, disse o secretário de Vigilância em Saúde, Arnaldo Correia. Passamos de 7.256 para os 7.094 óbitos – uma redução de apenas 2%. Um destaque muito importante deve ser feito: quase metade das mortes da epidemia brasileira foram registradas em junho, com 29 mil dos 60,7 mil óbitos. E mais da metade dos casos também: foram 875 mil registros num universo de 1,4 milhão.

Na comparação semana a semana, os casos vêm crescendo desde 7 de junho. Primeiro, timidamente (2%), depois aceleradamente: 22% até atingir o índice de 13% na semana passada, quando foi registrado um total de 246.088. A situação é pior na região Sul, com aumento de 47% nos casos. Na sequência, vêm Norte (23%), Sudeste (13%), Centro-Oeste (9%) e Nordeste (5%). Não é à toa que 13 das 27 capitais brasileiras estão com mais de 80% dos leitos de UTI ocupados. Os doentes chegam após as reaberturas comerciais, mas também do interior, por conta da interiorização da doença. Lugares tão distantes quanto Porto Alegre e Boa Vista veem a água bater no teto. Segundo o Ministério, o coronavírus chegou a 90% das cidades brasileiras. E 45% já registraram algum óbito. No dia 8 de junho, o Comitê de Contingência do coronavírus em São Paulo disse acreditar que o estado havia chegado a um platô no nível de transmissão da covid-19, argumentando que o ritmo de crescimento da doença estava constante havia semanas....

A capital paulista bateu novo recorde de casos diários confirmados, mas Doria comemora o fato de que são menores do que o esperado. A projeção do Comitê era de 18 mil mortes até o fim de junho. As internações entre os mais ricos estão em queda. O hospital Albert Einstein, referência no tratamento da covid-19 no setor privado, está desativando leitos e remanejando alas antes destinadas exclusivamente a pacientes com a doença. O número de internados com o vírus caiu de mais de 110 em meados de abril para em torno de 60.

Maira Mathias e Raquel Torres

DAVID HARVEY, UMA TRAJETÓRIA CONSEQUENTE



Em 2003, defendendo a ideia de um "New Deal" imperialista, a política implementada por Franklin Delano Roosevelt nos anos 1930, o conhecido geógrafo David Harvey escreveu: "É claro que existem soluções muito mais radicais à espreita nas margens, mas a construção de um novo 'New Deal' liderado pelos Estados Unidos e pela Europa, nacional e internacionalmente, certamente é suficiente para combater na situação atual" (*The New Imperialism*, Oxford University Press, 2003). 17 anos depois, em 2020, Harvey descarta a "fantasia comunista" da revolução, afirmando: "O capital é grande demais para falir. Portanto, o tipo de fantasia que você poderia ter, ou que socialistas, comunistas e assim por diante, poderiam ter em 1850, de que podemos destruir esse sistema capitalista e construir algo totalmente diferente é uma impossibilidade agora. Temos que manter a circulação do capital em movimento, porque senão todos vamos morrer de fome".

Como se vê, o posicionamento mais recente de Harvey não constitui nenhuma virada política ou ideológica, mas apenas uma atualização de ideias precedentes. Harvey é, politicamente, um conservador (para dizer o mínimo), com a peculiaridade (nada original) de realizar uma exegese dos textos de Marx afastando "soluções radicais" (ou seja, revolucionárias) para a crise do capitalismo, o que, obviamente, nada tem a ver com Marx, e sim com o anticomunismo (hoje ou em 1850, quando também, segundo Harvey, o comunismo era uma "fantasia").

Isto deveria levar a um questionamento do conteúdo teórico de seus textos. Que eles sejam lidos e recomendados em *curricula* acadêmicos, nada mais legítimo, que eles sejam apresentados pelo mundo afora como uma interpretação original e, para piorar, *atualizada* de Marx (como sugere a fotografia acima, tirada da internet) constitui um estelionato intelectual.

EDUCAÇÃO e Ead EM TEMPOS DE PANDEMIA

Desde o começo da pandemia, os professores da rede estadual de São Paulo vem sofrendo um verdadeiro massacre. A rotina consiste em atividades semanais a serem entregues à gestão, bem como os respectivos planos de aula, os atpcs não só acompanhados pelo aplicativo da Seduc, mas também pelo aplicativo escolhido pela escola.

Planilhas de teletrabalho são preenchidas diariamente pra provar que se trabalha e que os conteúdos estão sendo transmitidos (não se sabe o alcance) Só as atividades postadas on line pela escola não bastam. É desrespeitoso exigir que professores que ganham muito mal tenham celulares novos para baixar o App da Seduc, pois em aparelhos não tão modernos, simplesmente não baixa o App.

Terrorismo, é o nome que se dá ao que estão fazendo com os professores, principalmente em um momento delicado como este, o abalo psicológico fica ainda maior. A orientação dada é que este aplicativo registraria a presença do professor, ou seja, aqueles professores que não tem aparelhos que comportem a toda essa tecnologia sofrem da angústia de serem prejudicados ou terem que comparecer a escola para cumprir os "protocolos" (que mais me parecem maldade) estabelecidos pela Seduc.

Além disso, o calendário de aulas muda semanalmente, o que nos deixa mais apreensivos quanto ao controle de presença, pois mesmo que não seja a disciplina do professor, naquele dia ele tem aula, dessa forma, por se sentir pressionado acaba assistindo aulas que não são de sua disciplina. Mais um stress desnecessário.

Fora isso ainda temos que estar disponíveis pelo email ou whatsapp para a entrega das atividades. Quando se fala de whatsapp, também se trata de estarmos disponíveis 24h. Eu mesma já recebi atividades de aluno às 3 horas da manhã. Sem contar que o tal pacote de dados custeado pela Seduc não funciona na maior parte das vezes, ou seja, a internet fica por conta do professor. Outro ponto é que o conteúdo das aulas oferecidas no aplicativo é, no mínimo, vergonhoso.

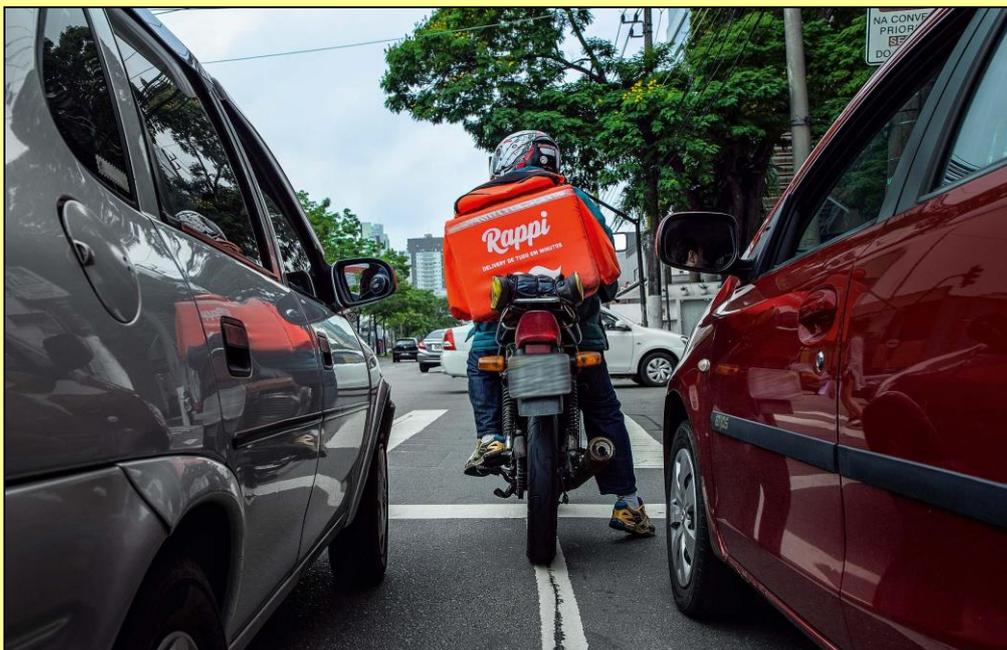
Não poderia deixar de mencionar que ao planejamento do 2º semestre foi reservado uma semana inteira de atividades e palestras, que só abordaram o trabalho Ead, na tentativa de banalizar, ainda mais o trabalho docente e rebaixar professores a Youtubers. E, pasmem vocês, em nenhum momento o aluno, aquele que deveria ser o centro do debate, suas angústias, em meio a essa enorme crise sanitária, foi lembrado. E porque não dizer também seu luto, já que o país se tornou o epicentro da pandemia, graças a um governo irresponsável e omisso.

Em nenhum momento houve sequer uma discussão que abordasse o baixo índice de alunos que acessam o aplicativo. Em uma clara tentativa de exclusão da aquisição de conhecimento, principal ferramenta libertadora, já que é sabido que a grande maioria dos alunos da rede pública não tem celulares modernos ou equipamentos que comportem a veiculação das aulas virtuais. A quem serve toda essa tecnologia? E depois de tudo isso, as palestras motivacionais, com a famosa "resiliência" como foco principal, destinadas aos professores, parecem mesmo um verdadeiro escárnio.

Inessa Canales

Subsunção Formal e Subsunção Real do Proletariado ao Capital

A “UBERIZAÇÃO” DO TRABALHO



A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. Ela supõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus próprios métodos, meios e condições, só surge e se desenvolve naturalmente sobre a base da subsunção formal do trabalho sob o capital. O lugar da subsunção formal do trabalho sob o capital é ocupado por sua subsunção real (Karl Marx, *O Capital*).

Um debate que não pode ser ignorado hoje sobre as novas formas de configuração do proletariado e sua morfologia é sobre o setor significativo da classe trabalhadora que atualmente trabalha de forma precarizada, tendo sua relação de trabalho e sua submissão a um setor específico do capital, a uma determinada empresa capitalista, mediada por aplicativos virtuais, a chamada “uberização” do trabalho. Entender essa nova relação de trabalho tem sido um enigma para muitos autores que se reivindicam marxistas, pois qual seria a relação desses trabalhadores com o capital? Como se dá sua submissão a uma determinada empresa capitalista?

Presos à lógica da institucionalidade burguesa e as formas com que ela legitima oficialmente as relações de exploração do trabalho, por meio de seus organismos estatais, não conseguem grande parte dos estudiosos do tema pensar como poderiam se dar as formas de organização da exploração do trabalho por fora dessas relações institucionais, formas que por via de novos meios técnicos, de novas tecnologias, subvertem e manipulam as antigas regras que existiam para regulamentar a exploração do trabalho (e que só existem porque expressam uma determinada correlação de forças na luta de classes, fruto das lutas históricas dos trabalhadores) buscando tornar essa exploração mais extensa e profunda.

Novos “conceitos” são formulados visando responder essa realidade, mas seu ar de novidade apenas

expressa uma certa vacuidade de ideias sobre as maneiras de explicar o fenômeno atual. Voltar à obra clássica que dá base aos debates teóricos marxistas assim é fundamental. A leitura de *O Capital* de Karl Marx, dessa forma, é essencial para entendermos o novo fenômeno, ligando essa leitura sempre às novas tecnologias que permitem o surgimento das formas contemporâneas de exploração.

O que significam os conceitos de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital? Um dos debates chave que faz o Mouro no livro I de sua grande obra sobre as formas de emergência do proletariado moderno é o debate sobre as formas de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital. Grosso modo a subsunção formal representa os primórdios da emergência do capital como força predominante para a produção material da riqueza.



Tendo surgido primeiramente no âmbito da circulação e do comércio, após um determinado acúmulo de forças e de riqueza o capital passa a migrar da dimensão da circulação para a da produção efetiva da riqueza. São seus primeiros passos como força predominante de uma nova forma de sociedade que se gesta, a sociedade capitalista. Nesse primeiro momento de sua nova alocação no âmbito da produção o capital não

transforma as formas com que efetivamente se produz a riqueza.

Mudam as relações jurídicas de propriedade, mudam os indivíduos e grupos sociais que exploram os trabalhadores diretos, mas as formas de trabalho continuam a se desenvolver da mesma maneira que tinham sido legadas historicamente pelas formas corporativas de organização do trabalho herdadas da idade média. A isso Marx dá o nome de subsunção formal do trabalho ao capital, primeira forma da dominação da burguesia sobre o processo produtivo, que atravessou seus primeiros passos até meados da época manufatureira da produção.

Com o desenvolvimento das relações capitalistas, contudo, e o fortalecimento do poder social da burguesia; com o desenvolvimento do mercado capitalista e ampliação do comércio e os primórdios da formação do mercado mundial, os capitalistas não podem mais se contentar em manipular e dominar as antigas formas de produção.



É preciso que se estabeleçam novas formas de organização do trabalho, mais adaptadas às necessidades da autovalorização do valor (móvil das relações capitalistas de produção), mais racionais e por tanto mais lucrativas (tanto por serem mais capazes de produzir um mais-valor relativo pelo aumento da produtividade do trabalho quanto por serem mais econômicas na utilização das matérias-primas, da energia e demais recursos produtivos). Assim, se entra num novo momento, propriamente capitalista, da organização do trabalho, o da subsunção real do trabalho ao capital.

As máquinas como forma material e concreta da subsunção real do trabalho ao capital

Essa nova forma de organização do trabalho contudo não tem apenas um aspecto formal e exterior. Ela é possível por surgirem historicamente transformações técnicas no aparato produtivo, uma verdadeira revolução tecnológica, que impôs a necessidade de novas configurações nas relações de trabalho. O surgimento das máquinas, da indústria, altera de forma radical e estrutural as relações de trabalho e suas formas de organização no capitalismo. Não só eram as máquinas muito caras para serem adquiridas pelos artesãos ou por trabalhadores individuais (diferente dos antigos instrumentos da época manufatureira, que em situações propícias podiam ser adquiridos por alguns membros do proletariado de forma isolada) quanto sua

própria forma de funcionamento não mais permitia um trabalho individual e particularizado.



Todas as qualidades e habilidades do trabalhador individual eram submetidas a essa forma de concretização e objetivação da força social, coletiva, que eram as máquinas. A máquina era a expressão concreta das forças comunitárias e sociais (porém como força estranha e alienada em relação aos trabalhadores, posto ser propriedade do capitalista): “A acumulação do saber e da habilidade, das forças produtivas gerais do cérebro social, é desse modo absorvida no capital em oposição ao trabalho, e aparece conseqüentemente como qualidade do capital, mais precisamente do capital fixo, na medida em que ele ingressa como meio de produção propriamente dito no processo de produção. A maquinaria aparece, portanto, como a forma mais adequada do capital fixo, e o capital fixo, na medida em que o capital é considerado na relação consigo mesmo, como a forma mais adequada do capital de modo geral”. Karl Marx, *Grundrisse*)

A introdução das máquinas não alterava apenas as relações de propriedade, portanto, mas transformava profundamente as próprias formas e configurações do trabalho. As formas como efetivamente exerciam sua atividade os trabalhadores se modificavam, pois todas as suas ações deveriam estar submetidas à lógica e a “racionalidade” dos movimentos das máquinas. Não só de forma metafórica filosoficamente, mas na concretude de sua atividade prática os trabalhadores se tornavam “apêndices de carne das ciclópicas máquinas de metal”. Entender assim como as transformações tecnológicas podem alterar as formas de organização do trabalho é fundamental pra compreensão do novo fenômeno.

A internet, os aplicativos virtuais, e as novas configurações da exploração do trabalho pelo capital

Contudo, não devemos entender esse processo, que se deu historicamente na gênese do capitalismo, como uma ordem cronológica estática, dada de uma vez por todas e que não mais pode ocorrer. Visto o caráter desigual e combinado das formas de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, não só entre países ou regiões geográficas, mas também entre setores da economia, processos a muito superados em determinados âmbitos da produção capitalista podem se

repetir, sob novas formas e configurações, em outros espaços da produção.

O geógrafo e economista David Harvey expressa isso em outra dimensão das relações genéticas do desenvolvimento capitalista quando mostra que processos que Marx descreve como de acumulação originária do capital continuam a se desenvolver na modernidade burguesa (sob forma distintas, é evidente) cunhando o conceito de 'acumulação por despossessão' para explicar o novo fenômeno. Se entendemos assim que as transformações tecnológicas tendem a impactar as relações de trabalho historicamente não poderíamos deixar de ter claro que a profunda transformação técnica que se deu com o surgimento da internet não poderia deixar de impactar grandemente as relações de trabalho na atualidade.

O surgimento dos aplicativos virtuais que permitem a mercantilização mais profunda de uma série de serviços que antes eram serviços pessoais, ou seja, que permitem que esses serviços hoje sejam realizados como mercadorias vendidas no mercado capitalista, permitiram o surgimento de novas formas de submissão real do trabalho ao capital. Serviços que antes eram apenas formalmente submetidos ao capital (como o de "motoboys" entregadores de comida, motoristas, etc) podem ser submetidos de forma concreta e efetiva às relações capitalistas de trabalho e exploração. O fato de essas novas formas de exploração do trabalho ainda não terem sido regulamentadas pela legislação burguesa em nada deveria nublur a compreensão dos marxistas sobre a exploração do trabalho que se dá dentro dessas relações.

As formas de venda da força de trabalho por esses novos meios virtuais certamente se alteram. Não mais parece existir uma relação direta através da qual se dá essa venda, na medida que a relação salarial parece se perder. Mas Marx demonstra em diversos momentos do *Capital* que a relação salarial pode assumir as mais diversas formas (salário por tempo, por produto, etc). Com a nova ideologia imposta nas últimas décadas pelos capitalistas de apagar subjetivamente o reconhecimento de si do proletariado como classe, fazendo o trabalhador se reconhecer como seu "colaborador" dentro da empresa capitalista, pode parecer que as novas configurações que assume a exploração do trabalho por esses meios não mais expressariam a lógica da extração do mais-valor exposta pelo Mouro em sua obra.



No entanto, basta termos uma visão mais clara do que significa o salário (como parte do valor da mercadoria produzida pelo trabalhador que lhe é restituída para que ele possa recompor sua força de trabalho para um próximo ciclo produtivo) e o que é o mais-valor (parte do valor da mercadoria que é extraído pelo capitalista sem uma contraparte) que vemos que essa relação de exploração também se dá nessas novas configurações do trabalho.

Não entraremos aqui na polêmica acerca de se os trabalhadores do setor de serviços produzem valor, que para as necessidades desse escrito é secundária. Basta se ter em mente que mesmo que não produzindo valor os trabalhadores dos serviços podem ser explorados (como são os trabalhadores do comércio, como discute Marx no livro III de sua grande obra) para que tenhamos claro que uma relação de exploração também acontece nessas novas formas de organização das relações de trabalho (o autor desse artigo vê o setor de serviços como um setor produtivo de valor).

É evidente, por exemplo, que do valor total de uma corrida feita por um entregador de aplicativo, ou por um motorista, parte desse valor total é restituída ao trabalhador e parte apropriada sem equivalente pelo proprietário (ou proprietários) do aplicativo, e dessa forma se dá uma relação de exploração. O surgimento de novas tecnologias abre espaço para o surgimento de novas formas de propriedade.

Com a internet, o surgimento de aplicativos virtuais, etc, a propriedade não é mais apenas de fatores materiais de produção, mas também de espaços virtuais que passam a ser mediação necessária para a produção ou distribuição da riqueza. A internet não é, evidentemente, espaço livre para a circulação de informação e construção de plataformas. Na medida em que também ali existe propriedade privada pode também, nos setores que exigem a mediação dessas tecnologias, haver uma proletarianização das atividades exercidas.

Sendo alijados da propriedade dos aplicativos que medeiam a realização de seus serviços, os trabalhadores desses setores podem cada vez mais ser submetidos a formas mais e mais profundas de exploração de seus trabalhos. A propriedade que um setor deles tem ainda de parte de seus meios de trabalho (carros, motos, por exemplo) pode ser apenas fase transitória para uma ainda mais profunda submissão de seu trabalho às relações capitalistas.

Ou talvez não, talvez seja mais econômico para os capitalistas desses novos setores que surgem explorar os trabalhadores se apoiando nos novos bens de consumo que passaram a fazer parte durante o século XX daqueles vistos não pura e simplesmente como um luxo para a classe operária (é impossível negar que parte significativa da classe trabalhadora, mesmo setores precários, possui carros ou motos, os vendo como parte de sua cesta de consumo normal). Entender, assim, as novas formas de exploração do trabalho que surgem com os novos meios técnicos é central para que possamos lutar contra a divisão da classe operária e pela unidade da classe trabalhadora.

Santiago Marimondo

Sobre o Sionismo e a Expropriação da População da Palestina

CARTA ABERTA À ESQUERDA ARGENTINA

O parlamento de Buenos Aires votou uma lei, que define como antissemitismo qualquer ato praticado contra judeus ou instituições judaicas, de acordo com a nova definição adotada pela Aliança Internacional para Recordação do Holocausto (IHRA). Dessa maneira, se alguém criticasse o governo israelense, estaria cometendo um crime de antissemitismo; ou, repudiar a agressão do Estado de Israel contra o povo palestino, seria "antissemita".

O notável é que o texto legislativo teve o voto favorável dos representantes da Frente de Esquerda (FIT-U), deputados do Partido Obrero (PO) e do PTS (Partido dos Trabalhadores pelo Socialismo), embora não da Esquerda Socialista (IS), também membro da Frente. A escandalosa votação motivou a resposta de um militante israelense pela causa palestina, que reproduzimos a seguir:

A nova definição votada no Legislativo de Buenos Aires procura confundir aqueles que são honestamente solidários com o povo judeu contra o holocausto e a perseguição que sofreram ao longo da história. Enquanto hoje em dia as pessoas em todo o mundo lutam para combater a herança do colonialismo, da escravidão e da supremacia branca, que está profundamente enraizada nas sociedades e instituições capitalistas ocidentais, nosso povo na Palestina continua a enfrentar as formas mais cruéis de colonização ativa, com toda a sua brutalidade e injustiças flagrantes.

Estamos acostumados à mobilização de todas as forças imperialistas para apoiar Israel, militar, econômica e politicamente, em seu constante esforço para privar todos os palestinos dos direitos humanos mais básicos. Para pessoas como Trump e Bolsonaro, seu apoio a Israel é uma extensão natural de suas políticas racistas e antidemocráticas. Mas, naturalmente, esperamos que aqueles que lutam contra o racismo e pela justiça social em seus próprios países se oponham ao colonialismo e ao apartheid israelenses e apoiem a justa luta dos palestinos para viver com pessoas livres em seu próprio país.

Por essa razão, fiquei surpreso com o apoio dos partidos de esquerda na Legislatura de Buenos Aires a uma declaração que deveria ser contra o antissemitismo, mas, de fato, faz a campanha sionista para estigmatizar e deslegitimar as críticas aos crimes de Israel.

Na "definição", a primeira manifestação censurada de "antissemitismo" é "atacar o estado de Israel". O texto cuidadosamente redigido continua permitindo "críticas a Israel semelhantes às feitas contra qualquer outro país". Devemos nos perguntar:

- Que outro país expulsou a maioria da população nativa há apenas 72 anos, destruiu a maioria das aldeias e cidades do país e impede que os refugiados retornem até hoje?
- Que outro país tem a maioria da população nativa sob regime militar direto sem o direito de autodeterminação?
- Que outro país, até hoje, demoliu casas, confiscou terras e evacuou aldeias inteiras da população nativa (em todo o país, tanto cidadãos de Israel e sob ocupação militar, apenas porque não têm a religião correta) para dar sua

propriedade para colonos e construir assentamentos em sua terra para pessoas da religião do estado?

- Que outro país tem 2 milhões de pessoas (muitas delas refugiadas) na maior prisão do mundo, cercada por tanques e franco-atiradores, à beira da fome, com eletricidade fornecida por algumas horas por dia e bombardeando-as regularmente?

Desculpem, camaradas. Da "definição de antissemitismo" que adotaram, segue-se que, se eu não critico a Dinamarca por fazer todas essas coisas, culpar Israel por acusações tão ultrajantes está perigosamente fora de questão.

A mesma definição continua denunciando "negar ao povo judeu seu direito à autodeterminação, por exemplo, afirmando que a existência de um Estado de Israel é um projeto racista". Como você pode chamar um Estado baseado em limpeza étnica sistemática, expropriação, opressão e discriminação da população nativa com base em discriminação racial e religiosa com algum termo que não seja "racista"?

Em que léxico político o "direito de autodeterminação" implica o direito de colonizar outros países e expulsar a população original? E sim, colonialismo, racismo e supremacia branca não são "defeitos" no desenvolvimento do sionismo. Eles estão na base da colonização sionista, como outros movimentos de assentamentos colonialistas. A diferença é que Israel ainda está no estágio mais brutal de expansionismo e expropriação, enquanto a maioria do resto do mundo está tentando passar para um estágio mais civilizado no desenvolvimento da humanidade.

Em outra defesa hipócrita de Israel, a "definição" denuncia a existência de um "duplo padrão" e exige que Israel seja tratado como "qualquer outra nação democrática". O que isso significa para milhões de palestinos sob ocupação israelense que não têm o direito de falar, protestar ou votar? Você esperaria que o mundo tratasse Videla e sua Junta "como qualquer outro regime democrático"?

Defender os crimes contra a humanidade sistematicamente perpetrados por Israel em nome do combate ao antissemitismo está causando danos desastrosos ao combate ao antissemitismo, ao racismo em geral e à causa da esquerda internacionalmente. Não devemos esquecer a posição da União Soviética e dos partidos comunistas stalinistas que apoiaram o estabelecimento do estado colonialista de Israel em 1948, e forneceram muitas das armas usadas para massacrar etnicamente e limpar a população nativa da Palestina. Essa posição vergonhosa, que preferia os interesses de uma minoria de colonos europeus aos da maioria nativa, desacreditava a causa do socialismo em um período muito importante na batalha estratégica para o futuro do mundo.

Não podemos permitir que esse tipo de preconceito se repita no século XXI. Gostaria de acreditar que vocês simplesmente não pensaram bem em sua posição. Espero que vocês tenham coragem e responsabilidade política para reconsiderar sua posição e se manifestar contra o sionismo, pelos direitos do povo palestino, pelo retorno de refugiados e por um estado democrático em toda a Palestina. Saudações, camaradas,

49 anos depois

A ASSEMBLEIA POPULAR BOLIVIANA



Em um ambiente político tenso, em meio a uma onda de anúncios de golpe contra o governo do general Juan José Torres, a Assembleia Popular (AP), em 22 de junho de 1971, inaugurou suas deliberações que buscavam organizar o "socialismo" na Bolívia. Confrontado com o "nacionalismo" e o "liberalismo", o "soviete boliviano" era um projeto político e estatal do proletariado, da juventude e das "pessoas pobres das cidades". A criação de "milícias armadas", "tribunais populares" e a coletivização de empresas e da imprensa foram algumas medidas analisadas dentro dela.



Asamblea Popular 1971
Guillermo Lora, Miguel Alandía y otros

Essa determinação foi travada por agências de inteligência ligadas ao regime dos Estados Unidos, que até anunciaram uma "intervenção militar" brasileira no país. Por meio de uma manchete de primeira página ("Eles conspiram do exterior contra a Bolívia. Bthelam no Brasil diz que o 'primeiro soviético do continente' foi instalado na Bolívia"), o jornal *El Diario*, em 21 de junho, denunciou que a trama ele teve um "plano sincronizado movido de fora". Diante desse perigo, a primeira sessão da AP

aprovou a "Resolução nº 1": diante do golpe, a AP "assumirá a liderança política e militar das massas em combate (...) a primeira resposta será a greve geral e a ocupação de locais de trabalho».

49 anos após seu aparecimento, muitos se lembram apenas da data de sua fundação, em 1º de maio de 1971. No entanto, muito poucos sabem no que trabalhou nos seus primeiros dez dias. A Assembleia - que se reuniu com 221 delegados no Palácio Legislativo - abalou o sistema político do país, penetrado pelas empresas transnacionais.

A «Tese Socialista» aprovada no IV Congresso da Central Operária Boliviana, em maio de 1970, tornou-se seu documento de princípios e especificou sua natureza anti-imperialista e anticapitalista: "O imperialismo é a força regressiva e contra-revolucionária que se opõe à aspirações de libertação econômica e social dos povos. A estratégia continental do imperialismo dos EUA é impedir que outra Cuba revolucionária surja. O imperialismo é o pôquer das guerras e, em seu intervencionismo, não só destrói as soberanias, como aconteceu na República Dominicana (1965), como arma e financia permanentemente os grupos reacionários de cada país (...) Combina reformismo e desenvolvimentismo com repressão antitrabalhadora e antipopular. Com uma única estratégia continental, ele ajusta sua tática em cada país, com a maior flexibilidade".

"Nosso objetivo é o socialismo e nosso método para alcançar esse fim histórico é a revolução social que nos permitirá transformar o processo nacionalista em socialista", enfatizou a Tese. Nesse contexto, a atividade da Assembleia - transmitida em um canal de rádio e seguida por jornais nacionais e internacionais - alarmou o império, que determinou sua eliminação. Isso foi realizado com o golpe civil-militar liderado pelo coronel Hugo Banzer, em 21 de

agosto de 1971, que terminou com quase 200 mortos, 65 desaparecidos e mais de mil feridos de bala, segundo a Assembleia Boliviana de Direitos Humanos. .

A Assembleia Popular surgiu em um momento especial. A Guerra Fria (1945-1991) estava no auge. A revolução cubana (1959) havia sido consolidada. O general Juan Velasco Alvarado estava executando medidas anti-imperialistas no Peru (1968-1975). Salvador Allende estava lutando para levar o Chile ao socialismo (1970-1973). Os movimentos nacionalistas e socialistas, naquele momento, brotaram como cogumelos depois da chuva. Assim, em um período de crise internacional, as condições para seu florescimento estavam em vigor.



Em sua sessão de abertura, a Assembleia aprovou as "Regras do Debate", suas "Bases da Constituição" e resolveu libertar politicamente o país e controlar as medidas do governo de Juan José Torres:

PRIMEIRO. - A Assembléia Popular é constituída como um órgão do Comando Político dos Trabalhadores e do Povo, que surgiu por decisão popular no dia 7 de outubro de 1970.

SEGUNDO.- A Assembleia Popular pronunciar-se-á sobre problemas nacionais e internacionais e tomará decisões sobre eles, zelar-á pela proteção dos interesses populares e nacionais e controlará as medidas que o governo nacional ditar. A Assembleia como órgão do poder popular terá adicionalmente, e entre outros poderes, a iniciativa e o controle dos atos do Poder Executivo.

TERCEIRO.- A Assembleia Popular é um órgão de poder das massas, principalmente dos trabalhadores.

QUARTA.- A Assembleia Popular executará as decisões usando os métodos adequados de luta da classe trabalhadora, na base dos quais está a mobilização e ação direta das massas.

QUINTA.- A representação da classe trabalhadora será em todos os casos uma maioria de sessenta por cento (60%), em relação à soma de delegados de outros setores (...).

Em essência, a Assembléia era um órgão coletivo "totalmente diferente do Parlamento". Em uma

sessão emocionante de 23 de junho, ela prestou homenagem póstuma aos mortos no massacre de San Juan (1967). Por meio de uma resolução, ele exigiu que o governo processasse os militares envolvidos e declarou Rosendo García, César Lora, Federico Escobar, Isaac Camacho, Julio Aguilar, Ernesto Che Guevara e outros "mártires da revolução". No dia seguinte, Juan Lechín e de Humberto Pabón, delegado operário, foram eleitos presidente e primeiro vice-presidente do Presidium. A eleição de Lechín, acusada de "reformista", foi travada.

O "parlamento dos trabalhadores", em 25 de junho mostrou seu poder. O anúncio da demissão dos funcionários do Banco Minero - contra a "integração" da mineração aprovada na Assembléia - foi revertido. A pressão argumentativa dos trabalhadores foi tanta que os líderes do Banco ficaram encurralados.

Em 26 de junho, após uma discussão ideológica com o setor camponês e uma fração do Partido Comunista pró-chinês, que procurou aprovar uma resolução em favor do "foquismo", os delegados de mineração e fábrica enfatizaram aos partidos políticos que o "proletariado era a vanguarda da revolução "e que, portanto, os partidos tinham que seguir os postulados da tese socialista".

Após um recesso obrigatório de 24 horas em 28 de junho, o plenário elegeu os "Grupos de Estudo" da Assembleia Popular, que deveriam examinar os problemas estruturais do país e propor ações a respeito. Nos dias 29 e 30 de junho, os mineiros analisaram a coparticipação dos trabalhadores na Companhia Mineira Boliviana (COMIBOL). A proposta provocou polêmica em torno do "poder duplo" na gestão do excedente econômico.

Diante da crise da Universidade, os trabalhadores e estudantes levantaram a criação de um "sistema único" e o cancelamento da autonomia da universidade em relação à Assembleia Popular. Em 1º de julho, ela decretou a coparticipação majoritária dos trabalhadores na administração da COMIBOL e decidiu que o "El Diario" fosse "cooperativizado por seus trabalhadores, sob a liderança política da Assembleia Popular".

Em sua última sessão, em 2 de julho, a AP aprovou "lutar pela expulsão da Missão Militar da América do Norte, da CIA e do FBI"; vários delegados reconheceram que ainda não tinham a "força" para fazer cumprir a medida. Esse mesmo critério prevaleceu para deixar em análise a constituição de "milícias armadas" e a criação de "tribunais populares", diante da ineficácia do poder militar e judicial. Seu significado internacional foi tal que, ao final de suas sessões, o presidente Salvador Allende propôs no Chile a "substituição, por meio de um plebiscito, do Congresso por uma Assembleia Popular".

Miguel Pinto Parabá

TROTSKY, AS ARTES E A CULTURA E SUA INFLUÊNCIA EM MÁRIO PEDROSA (II)

O papel das artes e da cultura nas sociedades modernas

A questão principal que se coloca é: se todo produto artístico advém necessariamente de uma sociedade econômica e politicamente organizada, se inevitavelmente reflete consigo – mesmo que a eles se opondo – traços ideológicos e classistas dessas sociedades, e se a defesa da liberdade e da total ausência de coerção é *conditio sine qua non* para o exercício do fazer artístico, qual a relação de correspondência que se mantém entre arte e sociedade?

A arte na sociedade stalinista

Quanto ao stalinismo, não restam dúvidas – certeza corroborada pelo raso nível de elaboração artística das obras do Realismo Socialista: com a ascensão do poder stalinista e a burocratização do Estado Soviético, é indubitável a utilização da arte por parte da burocracia, mediante coerção e cerceamento da liberdade criativa, como propaganda da casta dirigente e propagação de uma nova forma de “capitalismo de Estado”, sufocando as vozes independentes na arte e na política que se opõem à burocracia e impondo à fruição artística – ao que sobrou dela – a ideologia dominante. Todos os atributos da arte, tais quais verificados acima, são contrariados ou simplesmente abolidos:

A *intertextualidade* é anulada, pois que, para o stalinismo, dialogar com a história é dialogar com a arte burguesa, que deve ser esquecida; a *tecnicidade* é sacrificada, pois denegando sua própria história, de onde se desenvolve, a obra aplasta sua técnica no nível de uma mera representatividade inequívoca e direta (o culto à personalidade na pintura; o uso restrito de uma tonalidade elementar – e anacrônica, paradoxalmente burguesa – na música etc.); a *não-linearidade* é denegada, pois todo produto artístico tem forçosamente que representar a inevitabilidade do transcurso histórico que resulta na emergência do grande Líder (burocrático) da Revolução, e tem-se a instauração do romance ou da poesia essencialmente *teleológicos*, finalistas, dirigidos ao tom apoteótico do novo regime;

Não há mais espaço para a experimentação livre: o *erro* ou o *risco* são categoricamente abolidos, pois que a arte passa a ser deliberadamente *afirmativa*, lugar ideológico da supressão de toda dúvida no enaltecimento do Estado Soviético; a *invenção* e o *Novo* dão lugar aos preceitos vindo de cima e às fórmulas de expressão artística aceitas pela burocracia, e não à toa tanto técnica quanto elementos de linguagem constituem, na verdade, recursos há muito usados – e bem melhor – pela arte burguesa do passado: figurativismo, tonalidade, versificação tradicional na poesia, arquitetura cerceada por mera utilidade prática dos espaços, etc.

O *controle* sobre os materiais cede passo ao controle exercido não pelo artista, mas pelos poderosos *sobre os artistas*; o regime “aprova” ou “reprova” a produção artística, num verdadeiro aniquilamento dos esforços nos quais o artista deve empreender sua força criativa para o domínio dos materiais de *sua* própria escolha, e conseqüentemente, num total controle não apenas

sobre as formulações conscientes do criador, como também sobre elementos imponderáveis que delas pudessem emergir; para o “realismo” socialista, não há espaço para o improvável: a arte é o lugar da afirmação *daquela* realidade, inquestionável.

Por fim, aniquila-se a *liberdade* e o sonho – contrariando fundamentalmente Lenin, segundo o qual “quem não pode sonhar é um mau comunista”; a arte deixa de ser o lugar da Utopia para ser o *topos* de afirmação ideológica do poder instituído, pois que, para a burocracia, não há mais onde se chegar: se proclama-se o “socialismo em um só país”, então seria *este* o lugar do socialismo: o lugar da burocracia intangível.

Por todas essas razões, o Realismo Socialista decretara, na verdade, a *morte da arte*, ou, como já o dissemos, seu suicídio, e por tal viés Trotsky faz alusão ao caráter simbólico do ato trágico de Maiakovski. E nisso, o Realismo Socialista deu as mãos ao fascismo, pois nada mais simbólico e ao mesmo tempo real e cruel que a intenção desvelada pela sentença proferida pelo promotor fascista Michele Isgrò, em 28 de maio de 1928, diante do intelectual e revolucionário Antonio Gramsci, quando o Tribunal de Mussolini condena-o ao cárcere: “*Per vent’anni dobbiamo impedire a questo cervello di funzionare!*”¹

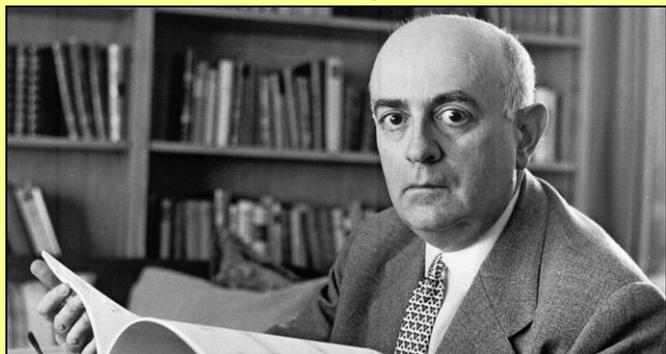
A arte nas sociedades capitalistas

Mas o que dizer da relação entre arte e sociedade nos marcos do capitalismo em período concomitante à burocratização do Estado Soviético, época na qual originou-se o Manifesto da F.I.A.R.I.? Neste período – e na verdade já desde o início do século XX, com o advento do atonalismo na música, da arte expressionista e das vanguardas históricas (incluindo o próprio Surrealismo em artes plásticas), com as experimentações poéticas que tenderam a ultrapassar a versificação ordinária na poesia (Mallarmé e outros), dando origem à poesia visual, concomitante ao processo de extrema densificação ou de uma “poetização” da prosa (Joyce) etc. –, os artistas visionários da vanguarda – aqueles aos quais Trotsky se referiu como “escombros criativos” que vislumbravam novas formas de ver a arte – sentiam-se cada vez mais apartados da sociedade.

A contrário do apogeu da arte burguesa, que se deu com o desenvolvimento inicial do capitalismo até a virada do século XIX para o século XX, em que o artista, mesmo quando contrapondo-se à ordem sócio-política, encontrava ainda certo respaldo social para sua arte, assistimos, com a crise do capitalismo de início da era moderna e o advento do capitalismo monopolista e do imperialismo, a um divórcio entre arte de vanguarda e público, processo esse que deu lugar à emergência de uma forte padronização da arte de consumo com o advento do que Theodor W. Adorno definirá, com toda pertinência, de *indústria cultural*. A arte experimental – tal qual a grande arte sempre o foi, diga-se de passagem –, passa a ser, se não propriamente

¹ “Devemos impedir este cérebro de funcionar por vinte anos!”

amordaçada, ao menos sistematicamente isolada e circunscrita cada vez mais a especialistas.



Na sociedade capitalista moderna, o artista é fundamentalmente incompreendido, exótico, alienado do contato com as grandes massas. Isola-se, voluntária ou involuntariamente, em sua “torre de marfim”. Paradoxalmente, pelo caráter “elitista” que lhe é imposto pelos mecanismos da indústria cultural, passa por vezes a ser identificado inclusive como o “artista burguês” *sui generis*, e por vezes é por isso mesmo valorado sobremaneira, o que, lhe dando certo sustento (quando não tornando-o um abastado), o isola ainda mais da massa dos trabalhadores e, se consciente de seu papel revolucionário, o arremessa na contradição com seus próprios ideaisⁱⁱ.

Aquilo que apresentava-se como um “protesto” trata de ser logo assimilado pelo sistema, e isto em plena época da emergência de uma verdadeira *cultura de massa*, até então inexistente na história do saber humano. É como se, justamente diante de uma fase em que a comunicação e seus meios de transmissão atingem potencialmente um número maciço de pessoas, o capitalismo o condenasse com a seguinte sentença: “Viva bem com seus protestos e suas incompreensíveis experimentações, mas contente-se em veicular seus produtos apenas entre nós, burgueses, que lhe pagamos bem!”.

É nesse sentido que, ainda hoje, se revestem de grande atualidade as palavras-de-ordem com as quais o *Manifesto* trotskista se encerra: “A independência da arte – para a Revolução! A Revolução – para a liberação definitiva da arte!” A emancipação do espírito, a que almeja a Revolução Socialista, é também a

ⁱⁱ Mário Pedrosa, em um texto de 1975, “Arte culta e arte popular”, observa com doída pertinência: “Para fixar o valor da obra no mercado, não tem nenhuma importância se, dentro da sociedade capitalista, o artista lhe é servil e intransigente defensor de seus valores ou se é contestador e denuncia seus vícios. Inclusive, poderíamos dizer que, no mercado capitalista, o protesto tem melhor cotação que a postura submissa. Assim, o artista famoso representa, dentro da sociedade burguesa, a plena encarnação do herói individualista, o maior fetiche criado por essa sociedade e, por isso, por encarnar seu mito primordial, essa sociedade vê-se obrigada a gratificá-lo com todos os bens que possui, porque ele representa a máxima realização dos valores que ela defende e deve mostrar que aquele que é capaz de realizar esses valores alcança o paraíso burguês, ‘A Terra Prometida do Capitalismo’”.

emancipação da arte, topos onde se encontra o espírito em sua forma mais livre e soberana.

As contradições entre as artes e a indústria cultural capitalista: um balanço dialético

Se consciente de seu papel como artista, e se consciente do papel revolucionário das artes, o artista é, na sociedade capitalista – e independentemente do fato de ser bem ou mal remunerado –, um infeliz. Para entendermos a complexidade de sua situação dramática, nada melhor que a metáfora empregada por Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*, reportando-se ao famoso episódio na *Odisseia* de Homero, quando Ulisses, ouvindo e usufruindo do canto das sereias, tem suas mãos presas ao mastro da nau para não se sentir impelido a se jogar ao mar, enquanto os remadores, para que não se deixem levar pelo prazer daquele canto e também serem tentados a se suicidarem, têm seus ouvidos tampados por cera, um episódio que bem ilustra a crítica adorniana com relação à sociedade de consumo capitalista.

Como descreve de forma magistral o filósofo marxista brasileiro Rodrigo Duarte: “A crítica se aprofunda em virtude do ardil empregado por Ulisses para sobreviver ao canto das sereias: seus comandados, que devem impulsionar a embarcação, têm seus ouvidos preenchidos com cera para não ouvirem a música e remarem vigorosamente. O próprio Ulisses gostaria de ter uma noção, ainda que vaga, da beleza do canto, e então se deixa atar ao mastro do navio a fim de não se atirar para a morte ao ser hipnotizado pelo som. De acordo com Adorno e Horkheimer, essa situação é uma alegoria da situação da arte e da cultura no que eles chamam de ‘mundo administrado’, pois elas tornam-se um artigo de luxo para o consumo de uma pequena minoria, que, no entanto, se encontra *de mãos e pés amarrados*, e totalmente inacessíveis à imensa maioria, a quem cabe *tocar o barco com os ouvidos tampados*, sem qualquer perspectiva de ter pelo menos uma noção da beleza em seu grau superlativo.”

Ou seja, o criador ou aquele que o compreende e tem acesso à sua obra usufruem da arte, mas, impotentes, têm suas mãos atadas diante da sociedade, enquanto que os trabalhadores se veem impedidos de exercerem sua sensibilidade estética, pois se isto viesse a ocorrer, a arte serviria, certamente, como instrumento propício ao despertar de sua consciência. Uma vez acessível, a arte torna-se aliada da fome: aos anseios por melhores condições de vida corresponderão, necessariamente, os anseios de uma melhor *qualidade* de vida, o que implica diretamente o exercício pleno da cultura.

A arte – e este aspecto, ainda que implícito, não é abordado por Adorno e Horkheimer – guarda, tal como bem ilustra o genial episódio de Homero, um *potencial transformador*, e por isso não deixa de ser vista, pelo sistema capitalista, como *perigosa* e *ameaçadora*. Por tal razão, o capitalismo não titubeia no incentivo da produção de uma cultura de massa, tanto rasa quanto muito disseminada, servindo de amortecimento à sensibilidade estética. Daí o fato simbólico de que o canto das sereias incita aqueles que os usufruem à morte, pois que ninguém pode resistir à (sua) beleza e, consequentemente, ao desejo de ter acesso ao pleno

exercício da sensibilidade estética, o que iria de encontro ao capitalismo como forma de exploração do trabalho; mais que isso: dobrando-se à beleza estética em plena sociedade de classes e arremessando-se ao mar do deleite estético, o artista caminha em direção à sua própria morte, a uma morte *social* de sua produção intelectual.

Frente às condições culturais que nos impinge o sistema capitalista, ao homem de cultura não lhe restam mais que duas alternativas: integrar-se ao sistema, adaptando-se e servindo aos mecanismos de alienação cultural; ou resistir e opor-se a esses mecanismos, denunciando, com sua visão apocalíptica e com sua obra de vanguarda (seja em seu conteúdo, seja em sua forma – por simplesmente fazê-la –, ou em ambos), os meandros ideológicos pelos quais o capitalismo amordaça a sensibilidade da grande maioria da população e desta aliena a sua própria produção sensível. Mas de uma forma ou de outra, o artista necessariamente *lida* com essas questões no capitalismo, pois, vivendo nele, é com os mecanismos do sistema capitalista que também terá de lidar para sua sobrevivência.

Se Marx bem ressaltava essa condição avessa ao criador no capitalismo, ao dizer, nas “Teorias sobre a Mais-Valia”, que “a produção capitalista é hostil a certos ramos da produção intelectual, como a arte e a poesia”, defendendo a integridade do artista ao mesmo tempo, em que afirmando que o artista não deveria criar visando lucros, mas evidentemente precisaria de recursos financeiros para criar,ⁱⁱⁱ ele bem sabia que nada escapa ao capitalismo, que trata tudo como mercadoria.

É a isso que se reporta o início de *O Capital*, em frase que, aos ouvidos do artista radical, soa como uma sórdida realidade: “A mercadoria é em primeira instância um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, sacia necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza de tais necessidades – se estas provêm por exemplo do estômago ou da fantasia – não altera este fato em nada”.

A análise sociológica de Umberto Eco, na descrição perspicaz desses dois tipos de postura – a dos *apocalípticos* e a dos *integrados* –, reveste-se, então, de grande relevância no debate sobre a cultura nas sociedades de consumo. Mais que isso: uma vez que o artista irrevogavelmente *vive* no sistema capitalista (até que uma Revolução Socialista o revogue), sua análise sobre os prós ou contras da indústria cultura reveste-se de grande pertinência, uma vez que, ao criá-los, o capitalismo não deixa de trazer à luz muitas contradições quanto aos mecanismos de sua dominação cultural.

ⁱⁱⁱ Marx assevera nos “Debates sobre a liberdade da imprensa”: “Naturalmente, o escritor deve ganhar dinheiro para poder viver e escrever, mas, em nenhum caso, deve viver e escrever para ganhar dinheiro”. A frase é citada no nono ponto do *Manifesto* da F.I.A.R.I. e é totalmente confluyente com a constatação de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, quando afirmam: “[...] Os homens precisam estar em condições de viver para poderem ‘fazer história’”.

As peças de acusação contra a indústria cultural

Expondo de modo sucinto o que Eco chamou de “peças de acusação” contra os *mass media* (meios de comunicação de massa), a cultura de massas capitalista e a indústria cultural, temos os seguintes argumentos: “A cultura de massas tende a uma padronização indistinta do gosto popular através de uma própria indistinção dos seres que compõem as massas populares; age como se o gosto popular pudesse se nortear por um gosto médio (e mediano), aplastando as diferenças e anulando as individualidades”; “Ela não promove “renovações da sensibilidade”, mas antes reforça velhas tradições estilísticas, diluindo valores culturais burgueses nas instâncias socialmente subalternas das sociedades de consumo, como se se tratasse de soluções artísticas atuais e inovadoras.

A indústria cultural provoca ou evoca emoções intensas, apelando ao *pathos* sentimental como veículo de alienação em oposição a uma real elaboração da sensibilidade, tal como ocorre mormente na música, usada “como estímulo de sensações mais do que como uma forma contemplável”; “através da força persuasiva da publicidade, a indústria cultural modela o consumo e o desejo da população; mesmo quando veicula produtos culturais de grande elaboração, a indústria cultural o faz de forma nitidamente diluída, seja na forma, seja nas “pequenas doses” pelas quais administra tais acessos.

A indústria cultural procura “nivelar” os produtos culturais de alta elaboração com produtos culturais estilizadamente amordaçados por estilemas-padrão, amortecendo, assim, o potencial crítico e o interesse, pelas vias da distinção do que é mais elaborado, pelo exercício pleno da sensibilidade, e desestimulando, por conseguinte, o “esforço pessoal pela posse de uma nova experiência”. “na indústria cultural, abunda a oferta cultural rasa e, com isso, inflaciona-se o exercício cultural através do encorajamento de “uma imensa informação sobre o presente”; com isso, os *mass media* “entorpecem toda consciência histórica”.

“Feitos para o entretenimento e o lazer”, os meios de comunicação de massa enaltecem “unicamente o nível superficial da nossa atenção”, e dessa forma o produto de cultura não atua “como um organismo estético a ser penetrado em profundidade, mediante uma atenção exclusiva e fiel”; a arte é diluída como “fundo” em meio a outras atividades da vida social, e não como lugar de exercício e aprofundamento da sensibilidade estética; instituem-se e impõem-se, assim, “símbolos e mitos de fácil universalidade” e de fácil reconhecibilidade, nivelando as individualidades ao nívelá-las ao mínimo.

Deste modo, a indústria cultural atua de modo essencialmente *conservador*, reforçando de modo sistemático o consenso comum e, subliminarmente, enaltecendo todo *conformismo* acrítico; Por fim, os *mass media* atuam “como uma típica ‘superestrutura de regime capitalista’” e como “instrumento educativo típico de uma sociedade de fundo paternalista mas, na superfície, individualista e democrática”.

As fissuras da indústria cultural

Diante dessa realidade, há de se reconhecer, dialética e estrategicamente, de um ponto de vista revolucionário, os eventuais pontos positivos e contraditórios na forma

como são agenciados os meios de comunicação capitalistas e a indústria cultural burguesa, valendo-se das fissuras do sistema para empreender uma tática de transformação cultural efetiva que se oponha aos mecanismos de dominação classista, e isto mesmo ainda dentro dos marcos do capitalismo. Explorar tais fissuras e tais contradições equivale a estabelecer um programa mínimo no âmbito da cultura. Eis, em resumo, os argumentos ou relativamente favoráveis aos *mass media*, ou com os quais o artista revolucionário terá por força de lidar, tais como expostos por Eco: A cultura de massa inevitavelmente decorre de toda sociedade industrial, a partir dos novos meios de reprodutibilidade técnica e da veiculação de massas das informações e dos bens culturais, não sendo, segundo Eco, algo típico apenas “de um regime capitalista”.

Eco evoca as culturas de massa da China de Mao e da União Soviética; ela é veículo necessário a qualquer comunicação de qualquer grupo político ou econômico em sua comunicação “com a totalidade dos cidadãos de um país”; ela veicula informações antes inacessíveis a grande parte da população; “portanto, o homem que assobia Beethoven porque o ouviu pelo rádio já é um homem que, embora ao simples nível da melodia, se aproximou de Beethoven [...], ao passo que uma experiência do gênero era, outrora, privativa das classes abastadas, entre cujos representantes, muitíssimos, provavelmente, embora submetendo-se ao ritual do concerto, fruíram a música sinfônica ao mesmo nível de superficialidade” com que o faz a maioria da população com os produtos da chamada *baixa cultura* capitalista.

O acúmulo de *informação* verte-se, de algum modo, em *formação*, em que dados *quantitativos* acabam como que promovendo certa mutação *qualitativa* dos níveis culturais, através de um afluxo abundante de absorção, ainda que superficial, de dados culturais; a veiculação dos bens culturais em abundância acaba, de certo modo, fazendo com que as massas tenham contato de alguma forma com os produtos mais elaborados da *alta cultura* burguesa, podendo despertar o anseio nas massas de um maior acesso à cultura e à educação. Eco força-nos a reconhecer que “desde que o mundo é mundo, as multidões amaram os *circenses*”, ou seja, os produtos de entretenimento sempre fizeram parte do “gosto das massas” e dizem respeito a certa necessidade básica dos seres humanos pela distração e pelo lazer.^{iv}

^{iv} Em “Arte e Revolução” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1957), Mário Pedrosa adverte, referindo-se aos teóricos do Realismo Socialista stalinista: “Segundo os mesmos teóricos, a arte não é para as elites, mas para as massas. Eles decidem, não se sabe a qual título, o alimento cultural mais conveniente àquelas. Entretanto, a realidade cotidiana e banal é diferente: as massas não se interessam pela arte. Aliás, as chamadas elites também não. [...] O que o povo procura é divertimento, e isto em todos os países, ‘capitalistas’ ou ‘socialistas’. Ele é indiferente tanto à pintura figurativa como abstrata. As elites, do mesmo modo. E é natural. A civilização burguesa, nas suas expressões mais felizes, é uma civilização de extrovertidos. A exteriorização é a sua característica mais geral. O ritmo acelerado da vida de hoje

Eco insiste, ainda, no fato de que “uma homogeneização do gosto contribuiria, no fundo, para eliminar, a certos níveis, as diferenças de casta, para unificar as sensibilidades nacionais”, ao que se pretende, em última instância, todo projeto socialista.

Quanto ao que chama “revolução dos *paperbacks*”, com a publicação e edições baratas ou de bolso de grandes clássicos a preços muito acessíveis, Eco vê aí uma forma positiva de divulgação massiva de produtos de grande elaboração artística; segundo Eco, toda comunicação de massa tende ainda a, de certo modo, tornar-se um *slogan*, tornando-se alvo de “uma recepção de tipo esquemático e superficial”, como os próprios escritos ou teses críticas à própria cultura de massas e até mesmo como a própria visão marxista do que seja a cultura, que acabou dando vazão inclusive à visão stalinista do Realismo Socialista; o fenômeno de um “nivelamento por baixo” não é exclusivo, portanto, da cultura de massas do capitalismo;

Há indiscutivelmente certa sensibilização do homem contemporâneo face ao mundo, mesmo que pelo viés de uma oferta abundante sem que sejam sugeridos “critérios de discriminação” entre as informações veiculadas; Eco argumenta que as massas “atuais”, das sociedades contemporâneas, “parecem-nos bem mais sensíveis e participantes, no bem e no mal, da vida associada, do que as massas da antiguidade, propensas a reverências tradicionais face a sistemas de valores estáveis e indiscutíveis”; ou seja, “os grandes canais de comunicação difundem informações indiscriminadas, mas provocam subversões culturais de algum relevo”.

“Por fim”, afirma Eco, “não é verdade que os meios de massa sejam estilística e culturalmente conservadores. Pelo fato mesmo de constituírem um conjunto de novas linguagens, têm introduzido novos modos de falar, novos estilemas, novos esquemas perceptivos”, instituindo certa “renovação estilística” no seio das sociedades de massa. É indubitável que, mesmo quando apontando certas contradições e coexistência entre aspectos positivos e negativos dos meios de comunicação de massa e da própria indústria cultural, os argumentos de Umberto Eco revelam-se como pertinentes e devem ser levados em conta por aquele que se coloca do ponto de vista marxista, leninista ou trotskista diante da cultura.

Há de se observar, ainda, que a criação resulta sempre da equação entre as condições históricas a que se

não deixa tempo para a contemplação. E pintura, como escultura, exige contemplação no apreciar, silenciosa meditação”. Nem a tendência “natural” ao lazer, nem uma sua defensável justificativa impedem, no entanto, que este lazer seja manipulado pela ideologia dominante, como reconhece o próprio Eco, quando afirma: “[...] O modo de divertir-se [das massas], de pensar, de imaginar, não nasce de baixo: através das comunicações de massa, ele lhes é proposto sob forma de mensagens formuladas segundo o código da classe hegemônica. Estamos, assim, ante a singular situação de uma cultura de massa, em cujo âmbito um proletariado consome modelos culturais burgueses, mantendo-os dentro de uma expressão autônoma própria”.

submete o criador e sua capacidade criativa, seu talento, e por vezes um produto de cultura passa a ser avaliado por quanto o criador conseguiu, em sua obra, superar os limites sociolinguísticos que lhe eram impostos.

Se isso é válido para a obra da chamada “alta cultura”, ou seja, para as obras que, vanguardas à época de sua concepção, delinearam e impulsionaram o desenvolvimento das linguagens artísticas ao longo da história, isto deveria também ser levado em conta, nas devidas proporções, com relação às obras advindas da cultura popular de massa nas sociedades capitalistas ou mesmo nas atividades culturais autenticamente folclóricas: há, indubitavelmente, criações artísticas de valor mesmo naquelas que se enquadram dentro dos moldes da cultura de massa (como, aliás, reconhece Eco), isto é, obras que procuram superar os limites que lhe são impostos^v.

A relativização que deve, entretanto, ser levada igualmente em conta no que diga respeito às criações da arte popular “de consumo” decorre do fato de que, mesmo se dando lugar a genuínas obras de valor, os limites dentro dos quais o artista cria, moldados pelo sistema cultural de consumo, não chegam a ser superados a ponto de instituir um *novo estético*, isto é, a obra artística não passa de certos limites e sua intertextualidade (aquilo com o qual dialoga no âmago mesmo da linguagem) se encontra limitada a um campo restrito, condizente com certos padrões aceitos pela indústria cultural. Tais obras não são verdadeiramente *especulativas*, e por tal razão não é a elas que se refere um Manifesto como o da F.I.A.R.I.: o ponto de apoio estético de um documento como este encontra-se sintomaticamente – com todos os seus problemas – no Surrealismo, ou seja, numa das tendências das *vanguardas* históricas.

Por fim, se os pontos negativos da cultura de massas constituem os aspectos a serem combatidos numa sociedade de consumo e denegados na construção do Socialismo, há de se reconhecer os pontos positivos que as contradições da indústria cultural nos revelam para que sirvam a uma causa revolucionária da cultura como um todo.

Quando o próprio Lunatchárski, em fase áurea de sua atuação revolucionária num texto de abril de 1919 (“O *proletkult* e o trabalho cultural soviético”), escreve que “o proletariado deve *ter plena propriedade da cultura universal*”, e que “menosprezar a ciência e a arte do passado sob o pretexto de que elas são burguesas é tão absurdo quanto, sob o mesmo pretexto, jogar fora as máquinas das fábricas ou as estradas de ferro”, aponta para a mesma evidência formulada anos depois (em 1939) por Trotsky a respeito da necessidade, em

^v É por tal viés que um músico das fileiras da vanguarda musical (tal como se verifica com Luciano Berio, genial compositor e companheiro de viagem de Umberto Eco, em sua declarada admiração por certas canções da música popular urbana, notadamente pelos Beatles) pode reconhecer e mesmo se emocionar com a beleza de uma canção popular, restrita à esfera bem (de)limitada da música de mercado.

uma nova sociedade socialista, de se utilizar dos avanços e das conquistas das sociedades burguesas, o que se aplica igualmente ao domínio da cultura: “Para salvar a sociedade não é necessário deter o desenvolvimento da técnica, fechar as fábricas, conceder prêmios aos agricultores para que sabotem a agricultura, depauperar um terço dos trabalhadores nem convocar os maníacos para fazerem as vezes de ditadores. [...] O que é indispensável e urgente é separar os meios de produção de seus atuais proprietários parasitas e organizar a sociedade de acordo com um plano racional”. No socialismo, os meios de comunicação de massa não deveriam ser, portanto, destruídos ou denegados, mas sim expropriados dos usurpadores da cultura, vertendo-os em meios de aprofundamento cultural das massas ou, melhor dizendo, dos indivíduos.

Mário Pedrosa: pensador trotskista da cultura

“A vida é por demais rica em surpresas para ser encasulada em quaisquer hipóteses elaboradas pelo espírito”. Assim se expressava o maior político revolucionário da história do Brasil em um dos mais lúcidos textos da literatura marxista: “A defesa da URSS na guerra atual”^{vi}. A frase, de cunho filosófico, dirigia-se ao “dogma” defendido pelos trotskistas, e em obediência a Trotsky, da *defesa incondicional da URSS*, ao qual se opôs Pedrosa como um dos mais ativos trotskistas na construção da IV Internacional. Lembremo-nos que foi Pedrosa quem, ao lado do grego Georges Vitsoris, substituiu Rudolf Klement, sequestrado e esquartejado por agentes stalinistas, como secretário administrativo do Movimento pela IV Internacional, tendo atuado ativamente na conferência de sua fundação no congresso de 3 de setembro de 1938, em Périgny, nos arredores de Paris.^{vii}

Para Pedrosa, mais que um Estado Socialista burocratizado, o stalinismo teria convertido a União Soviética numa espécie de *capitalismo de Estado*, e a depender da situação política em que a URSS se encontrasse em um dado confronto bélico, o *defensionismo* até então defendido por Trotsky deveria ser relativizado, uma vez que as ações do Exército Vermelho, sob o comando de Stalin, por vezes massacravam ou no mínimo neutralizavam as forças potencialmente revolucionárias nos países invadidos (tal qual foram os casos das invasões soviéticas na Polônia e na Finlândia em 1939).

O debate, trazido por Pedrosa ao seio da IV Internacional em gestação,^{viii} e apesar de ele ter sido o

^{vi} O texto aparece primeiramente em inglês, “The defense of the U.S.S.R. in the present war”, e com o pseudônimo de Lebrun, in: *International Bulletin* (Socialist Workers Party) de fevereiro de 1940, mas fora redigido em 9 de novembro de 1939.

^{vii} Para todos os detalhes acerca da trajetória política de Mário Pedrosa, consulte-se o extraordinário livro do historiador marxista Dainis Karepovs.

^{viii} Na realidade, o debate em torno da tese de Trotsky da *defesa incondicional da URSS* foi já travado durante o Congresso fundador da IV Internacional, em Périgny, nos arredores de Paris, a 3 de setembro de 1938, e a oposição a uma sua aceitação dogmática fora defendida, aí,

único representante das dez seções trotskistas latino-americanas no Congresso de Périgny custou-lhe o afastamento das fileiras trotskistas por iniciativa do próprio Trotsky, como bem relata a atriz e militante trotskista Lélia Abramo: “Houve um tempo em que até com Trotsky ele [Pedrosa] teve um desentendimento e houve uma ruptura – foi quando Trotsky, na discussão havida na IV Internacional, impôs a palavra de ordem de defesa incondicional da União Soviética, já que defender a URSS seria defender a própria revolução, posição que se acirrou com o pacto Hitler/Stalin. Nesse ponto Mário Pedrosa redigiu um documento em que fez restrições à linha de Trotsky. Como consequência, Trotsky reorganizou a Secretaria da IV Internacional e Mário Pedrosa foi excluído”.

O assassinato de Trotsky no México pouco tempo após o acalorado debate talvez tenha contribuído para provar que Pedrosa quicá estivesse certo. Como quer que seja, se a discussão acabou tirando Pedrosa da IV Internacional, não o tirou do trotskismo: sua trajetória e obra teórica e crítica comprovam que continuou, até o fim de seus dias, fiel às concepções de Trotsky, ao qual constantemente se referia com respeito e admiração, e em especial sua atuação como crítico de arte e curador constitui a prova de que uma das maiores influências que exerceram o Manifesto da F.I.A.R.I. e as concepções marxistas, leninistas e trotskistas acerca da arte e da cultura foram justamente em solo brasileiro.

Em seu magnífico texto “Arte e Revolução”, aqui já citado, Pedrosa desfere seu arguto ataque contra o stalinismo cultural, sempre a partir de um ponto de vista trotskista. Tanto sua fé na Revolução Socialista quanto sua *defesa incondicional da sensibilidade estética*, em oposição ao espírito obtuso que tanto caracterizou o jdanovismo cultural, transparecem implacavelmente quando diz: “A revolução política está a caminho; a revolução social se vai processando de qualquer modo. Nada poderá detê-las. Mas a revolução da sensibilidade, a revolução que irá alcançar o âmago do indivíduo, sua alma, não virá senão quando os homens tiverem novos olhos, novos sentidos para abarcar as transformações que a ciência e a tecnologia vão introduzindo, dia-a-dia, no nosso universo, e, enfim, intuição para superá-las. [...] Confundir, pois, revolução política com revolução artística é de um primarismo bem típico da mentalidade burocrática dominante nos Estados onipotentes ou totalitários de nossos dias, e de que o comunismo stalinista é ainda hoje a expressão mais acabada e sinistra”.

Suas palavras convergem para o Manifesto da F.I.A.R.I. em seu oitavo ponto, quando ali se afirma que “a arte não pode consentir sem degradação em curvar-se a qualquer diretiva estrangeira e a vir docilmente preencher as funções que alguns julgam poder atribuir-

unicamente pelo delegado da minoria do POI francês (*Parti Ouvrier Internationaliste*), Yvan Craipeau, mas foi Mário Pedrosa quem, em seu texto “The defense of the U.S.S.R. in the present war”, em fevereiro de 1940, trouxe a discussão de forma consistentemente teórica, o que teve por consequência um duro estranhamento entre Pedrosa e o próprio Trotsky, a cisão na direção IV Internacional e a subsequente saída de Pedrosa da organização.

lhe, para fins pragmáticos, extremamente estreitos”. Opondo-se ao Estado totalitário stalinista e tendo passado sua vida lutando pelo Socialismo, Pedrosa foi um defensor da liberdade, do pensamento, da arte e da justiça social – em suma, de um *Socialismo libertário*. Ao final de sua vida, assinou, comovido, a ficha de filiação nº 1 do Partido do Trabalhadores (do qual provavelmente já teria saído ou sido expulso, pela política reformista dos governos petistas que, em parte – e mesmo à sua revelia –, contribuíram para a ascensão ao poder do neofascismo no Brasil). Se estivesse vivo hoje, Pedrosa estaria certamente defendendo a arte de vanguarda e o socialismo, de forma coerente com a trajetória política de sua vida.

Num tributo a Pedrosa, o psicanalista e poeta marxista Hélio Pellegrino, um de seus companheiros de viagem, escreveu, no *Jornal do Brasil* de 5 de fevereiro de 1960, as comoventes palavras: “Mario Pedrosa foi, indiscutivelmente, nosso mestre, e não só mestre nosso: ele ensinou ao Brasil inteiro que a revolução socialista é uma procura de liberdade, de mais liberdade. Não há socialismo autêntico sem liberdade, mas, ao revés, também não existe liberdade sem socialismo, já que não há verdadeira liberdade sem justiça”.

A humanidade hoje não vive mais encurralada entre o stalinismo cultural e a indústria cultural capitalista. Nessa balança, o artista revolucionário não teria por onde ganhar. À exceção dos poucos países em que a Revolução Socialista permanece vitoriosa – como notadamente em Cuba –, o stalinismo, infelizmente, cumpriu seu curso, tal como previra Trotsky em 1936 em *A Revolução Traída*, e o capitalismo foi restaurado.

O fato, porém, de estarmos discutindo o legado trotskista é a prova mais cabal de que nem o stalinismo, nem o fascismo – para reportarmo-nos à sentença fascista condenatória de Gramsci – conseguiram aplacar o funcionamento do cérebro revolucionário, e se o golpe fatal do agente stalinista – que, em época de aliança inevitável e importante com a União Soviética burocratizada, encontrou paradoxalmente em Cuba seu último asilo –, se este golpe foi desferido justamente contra o cérebro do grande líder do Exército Vermelho, ele não foi suficiente para estancar a ressonância de suas ideias.

Hoje, já não existe o Realismo Socialista: ele é um defunto da história, como o stalinismo; encontra-se no ostracismo, como toda mediocridade. As vanguardas artísticas, por sua vez, não se sentem ameaçadas, mas tampouco encontram espaço, no capitalismo, para seu pleno florescimento: são, quando muito, assimiladas como o eram antes, em tom de desprezo, com sua ineficácia social, pelas malhas da quase hegemonia mundial do Capital. A conclusão do *Manifesto* da F.I.A.R.I., contudo – e justamente por tal razão –, permanece de uma clamorosa atualidade: a arte reivindica o socialismo, e este, seu caráter libertário. E nada mais confluyente com a essência da arte do que isso. Pois, como diria Trotsky em *A Revolução Traída*, “a criação espiritual necessita de liberdade”.

Nossas Origens

A INTERNACIONAL SOCIALISTA E O IMPERIALISMO (II)

Consolidada a era imperialista do capital, “em casa” (nas metrópoles imperialistas), o socialismo político virava uma técnica de reformas legislativas no marco do regime existente: qual era a relação entre os fenômenos do reformismo e da condescendência com o colonialismo, se é que existia alguma? Os marxistas revolucionários tentaram estabelecer uma relação direta, de causa e efeito. Sobre o colonialismo europeu, o revisionista socialista Eduard Bernstein tinha afirmado: “Tem justificativa, quando foram adquiridas colônias, que se examine cuidadosamente seu valor e seu porvir, e que se controle a situação e o trato dado aos indígenas, como também outras questões de sua administração; mas isso não é razão para pensar, a priori, que essa aquisição seja censurável”.

Para “fabianos” ingleses e revisionistas bernsteinianos, a tarefa dos socialistas não consistia em derrubar a sociedade burguesa, mas em acelerar, mediante reformas graduais, sua marcha para o “coletivismo”. Eles opinavam que Marx havia errado em quase todos seus prognósticos. Rejeitavam a tese de que o capitalismo desaguaria de forma necessária em uma série de guerras e de crises econômicas catastróficas. Karl Kautsky, oposto a eles, em correspondência anterior com Engels, se perguntava acerca da posição que deveria assumir o proletariado, caso chegasse ao poder, em relação ao império colonial britânico, “afirmando que a posse da Índia pelo proletariado inglês seria uma vantagem inclusive para o povo da Índia, pois, abandonado a si mesmo, este sofreria um férreo despotismo; a comunidade camponesa, dissovida e desagregada, não poderia impedir, no Oriente, o desenvolvimento [oriental] da mesma burguesia derrotada pela revolução europeia”.^{ix}

Embora a Sociedade Fabiana não fosse numerosa, conseguiu influenciar um setor cada vez mais importante do Partido Trabalhista inglês. Em 1906, o secretário do partido, Ramsay MacDonald, expôs os princípios do *Labour Party* em termos que refletiam a influência dos fabianos: o partido deveria opor-se a qualquer tentativa de apresentá-lo como um movimento só dos trabalhadores, dado que os princípios nos quais se baseava não eram resultado “de um processo de raciocínios econômicos ou de experiências da classe trabalhadora”. Isto se parecia bastante mais com o “substitucionismo” da classe operária pelos intelectuais atribuído ao “leninismo” (ou ao bolchevismo) pelos seus adversários, do que as formulações do próprio Lênin, que se referiam, nas suas versões mais polêmicas ou enfáticas, ao papel dos intelectuais no partido operário, não à natureza de classe deste.

Resumindo a evolução política do socialismo, Lênin relatou, em *Duas Épocas na Vida da II Internacional*, que “os trabalhos que conduziram à constituição da Segunda Internacional tiveram lugar entre 1885 e 1890. O renascimento da organização internacional de trabalhadores depois da ruína da Primeira Internacional se produziu na linha de demarcação de duas épocas. Porque os anos de 1880-1890 foram um período de

crise e de transformação em numerosos aspectos; foi nesses anos quando se abriu a era do imperialismo moderno, que atingiu seu apogeu no decorrer dos dez primeiros anos do século XX. A história da II Internacional pode também ser dividida em dois períodos. O primeiro vai do Congresso de Paris (1889) ao de Amsterdã (1904). O segundo período se estende entre (os congressos de) Stuttgart e Basileia. É o sentido da ação da II Internacional no primeiro período de seu desenvolvimento. *Contra o imperialismo* foi a principal consigna da Internacional em seu segundo período”.^x

Lênin resgatava elementos do desenvolvimento da Internacional como base da continuidade do movimento operário; só depois avançou uma hipótese para explicar porque, longe de desaparecer, como havia previsto Engels, a “aristocracia operária” metropolitana estendia-se com o desenvolvimento do capital monopolista, embora Lênin rejeitasse, até 1914, a hipótese de uma degeneração política da Internacional Socialista com essa base social e devido a esse motivo.

A expansão imperialista resultara da evolução e das contradições intrínsecas do capitalismo metropolitano? Não era esse o ponto de vista do principal ideólogo da Internacional, Karl Kautsky, quem argumentava que “o imperialismo não era produto de uma necessidade econômica inerente do capitalismo em certo estágio de seu desenvolvimento, mas uma política contingente (portanto, reversível) adotada pela burguesia em um contexto caracterizado por rivalidades coloniais”.^{xi}

Qual era esse contexto? A expansão econômica e colonial do século XIX viu surgirem, ao lado da Grã-Bretanha, novos concorrentes na partilha do mundo. Estados Unidos e Alemanha foram os mais significativos. Mas também a França (já possuidora de um importante império colonial) e, em menor medida, a Rússia e o Japão. Nessa concorrência pelo mercado mundial e pelas posses coloniais se preparavam as grandes linhas dos conflitos militares mundiais do século XX.

O “novo capitalismo” metropolitano se baseava em sociedades por ações, forma muito mais plástica do capital do que aquela baseada na propriedade individual, familiar ou limitadamente societária; ela permitiu que a circulação de capitais atingisse níveis muito superiores, com a exportação de capitais para financiar empreendimentos e o débito público da periferia do mundo capitalista. O fenômeno já tinha sido antecipado pelos “pais fundadores” do socialismo moderno.

Segundo Engels “a Bolsa modifica a distribuição no sentido da centralização, acelera enormemente a concentração de capitais e, nesse sentido, é tão revolucionária quanto a máquina a vapor”. O companheiro de Marx sublinhou a necessidade de “identificar na conquista colonial o interesse da

^{ix} Franco Andreucci. *Socialdemocrazia e Imperialismo*. I marxisti tedeschi e la politica mondiale 1884-1914. Roma, Riuniti, 1988.

^x In: Vladimir I. Lênin. *Obras Escolhidas*. Vol. 1. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

^{xi} Manuel Quiroga e Daniel Gaido. La teoria del imperialismo en Rosa Luxemburgo y sus críticos: la era de la Segunda Internacional. *Crítica Marxista* nº 37, São Paulo, outubro de 2013.

especulação na Bolsa”;^{xii} para Engels, a configuração das sociedades anônimas baseadas nas ações, como nova forma dominante do capital, antecipava negativamente a socialização futura dos meios de produção; a nova expansão do capital, simultaneamente, tinha relação com a expansão dos interesses financeiros.

Engels, no prólogo à primeira edição dos volumes II e III de *O Capital*, procurou situar esses fenômenos no contexto do desenvolvimento geral do capitalismo: “A colonização é hoje uma efetiva filial da Bolsa, no interesse da qual as potências europeias partilharam a África, entregue diretamente como botim às suas companhias”. Ainda não estávamos, porém, diante da caracterização de uma nova era histórica do desenvolvimento capitalista: “Discípulos mais recentes de Marx, incluindo Lênin, Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky, viriam a colocar o imperialismo no centro de suas análises sobre o capitalismo; porém, o próprio Marx, a exemplo do que ocorrera com seus escritos sobre o imperialismo nos anos 1850, não distinguia essa conexão”.^{xiii} Ao mesmo tempo, Marx e Engels assumiram claras posições anti-imperialistas e anticolonialistas em relação, especialmente, à China e à Índia, mas analisavam os episódios sangrentos da partilha da Ásia e da África entre as metrópoles como aspectos das disputas geopolíticas entre as potências europeias. Nunca realizaram qualquer apologia da expansão colonial dessas potências; situaram-na no marco da expansão mundial das relações de produção capitalistas.

As teorias acerca do “novo imperialismo” da era capitalista se originaram e inseriram no quadro de um debate com a participação de autores socialistas e não socialistas, e também da discussão no interior do movimento operário, tendo como eixos interpretativos o papel decisivo do monopólio, o surgimento do capital financeiro, como produto da fusão do capital bancário e industrial, e sua hegemonia sobre as outras formas do capital,^{xiv} o predomínio crescente da exportação do capital sobre a exportação de mercadorias, a divisão do mercado mundial entre monopólios capitalistas competidores e a conclusão da divisão territorial do mundo pelas grandes potências. O debate afunilou na busca de uma interpretação global, que vinculasse a depressão econômica mundial (1873-1895), a expansão colonial, a exportação de capital, as disputas geopolíticas, o nacionalismo xenófobo, o racismo, e, finalmente, a guerra mundial. As diversas teorias acerca do imperialismo foram a pedra de toque de estratégias políticas diferenciadas e contrapostas.

Hobson escrevia, em finais do século XIX: “Nação atrás de nação entra na máquina econômica e adota métodos avançados industriais e, com isso, se torna mais e mais difícil para seus produtores e mercadores venderem com lucro seus produtos. Aumenta a tentação de que

pressionem seus governos para lhes conseguir a dominação de algum Estado subdesenvolvido distante. Em toda parte, há excesso de produção, excesso de capital à procura de investimento lucrativo. Todos os homens de negócios reconhecem que a produtividade em seus países excede a capacidade de absorção do consumidor nacional, assim como há capital sobrando que precisa encontrar investimento remunerativo além-fronteiras. São essas condições econômicas que geram o imperialismo”.^{xv}

As bases econômicas do imperialismo residiam, para ele, no “excesso de capital em busca de investimento” e nos “recorrentes estrangulamentos do mercado”. O imperialismo europeu transformara a Europa em uma área dominada por “um pequeno grupo de aristocratas ricos, que tiram suas rendas e dividendos do Extremo Oriente, junto com um grupo um pouco mais numeroso de funcionários e comerciantes, e um grupo maior ainda de criados, trabalhadores de transportes e operários das indústrias manufatureiras. Desaparecem então os mais importantes ramos industriais, e os alimentos e semielaborados chegam como tributo da Ásia e África”. Ele considerava que a perspectiva de uma federação europeia “não apenas não faria avançar a obra da civilização mundial, como apresentaria o gravíssimo risco de um parasitismo ocidental, sob o controle de uma nova aristocracia financeira”.

Hobson também se referiu ao novo imperialismo japonês, cuja irrupção tinha abalado o mundo nos conflitos de finais do século XIX com a China, e se manifestaria de modo vitorioso na guerra russo-japonesa (1904). Em inícios do século XX já era clara a percepção de que o crescimento da potência imperialista do Japão iria incidir profundamente no curso da história: “Este novo capítulo da história mundial muito depende da capacidade japonesa de manter sua própria independência financeira”.

Superada uma primeira fase de dependência, “a grande potência industrial do Extremo Oriente poderá rapidamente lançar-se sobre o mercado mundial como o maior e mais válido competidor na grande indústria mecânica, conquistando primeiro o mercado asiático e pacífico e logo invadindo os mercados ocidentais - empurrando assim estas nações a um protecionismo mais rígido, como corolário de uma proteção diminuída”. A Rússia czarista, provavelmente bem menos informada do que Hobson, iria sofrer as consequências do novo papel de protagonista internacional do Japão na guerra russo-japonesa de 1904.

O monopólio, produto da fusão de empresas, ou da aquisição das empresas pequenas pelas maiores, contribuíra para colocar na mão de poucos empresários uma enorme quantidade de riquezas, criando uma *poupança automática*. O investimento dessa poupança em outras indústrias contribuiu para sua concentração sob o controle das primeiras empresas fusionadas. Paralelamente, o desenvolvimento da sociedade industrial elevava a demanda da população, com novas necessidades sociais. O problema surgia quando o

^{xii} *Apud* Franco Andreucci. *Op. Cit.*

^{xiii} Jonathan Sperber. *Karl Marx*. Uma vida no século XIX. Bruei, Amarilys, 2014.

^{xiv} Antevista por Marx na forma D-D’, “inversão e materialização das relações de produção elevadas à potência máxima”, “mistificação capitalista em sua forma mais brutal”.

^{xv} John A. Hobson. *L’Imperialismo*. Roma, Newton & Compton, 1996[1902].

aumento do consumo nacional era proporcionalmente menor que o aumento do índice de poupança, resultando numa capacidade de produção superior ao consumo. A solução seria a redução contínua dos preços até que as empresas menores quebrassem, privilegiando as empresas de melhor instalação, provocando mais acumulação de capital, aumento do nível de riqueza e, conseqüentemente, maior poupança. Isso induziria os capitalistas a buscarem outros investimentos, para dar destino à poupança gerada, já que o mercado não podia absorver tal excesso, restando ao capitalista exportar mercadorias para onde não houvesse concorrência, ou investir capital em áreas mais lucrativas.

“Pode parecer que o amplo predomínio da concentração do capital nos *pools*, trustes e várias associações, cuja existência se comprovou nas diversas áreas da indústria, seja contraditório com o grande volume de provas quanto à sobrevivência de pequenas empresas. A incoerência é, contudo, apenas aparente. Em toda a área da indústria, nem o número agregado de pequenas empresas, nem o percentual de operários nelas empregados estão em declínio; mas a independência econômica de muitos tipos de pequena empresa é violada pelo capitalismo organizado, que se implanta nos pontos estratégicos de quase todo fluxo produtivo, a fim de impor tributos sobre o tráfego em direção ao consumidor”. Esse “capitalismo organizado” (conceito retomado pelo marxista Rudolf Hilferding, na sua análise do capital financeiro), por sua vez, era dominado por uma fração específica, pequena e concentrada a classe capitalista: “A estrutura do capitalismo moderno tende a lançar um poder cada vez maior nas mãos dos homens que manejam o mecanismo monetário das comunidades industriais, a *classe dos financistas*”.^{xvi}

Para Hobson, a partir de David Ricardo e John Stuart Mill a economia política centrara indevidamente suas atenções na produção e acumulação de riquezas, negligenciando o consumo e a utilização das riquezas já acumuladas. Hobson rechaçava como indesejável a essência econômica do imperialismo; via como a sua força motora o patriotismo, a aventura, o espírito militar, a ambição política; mas não concebia o imperialismo como um negócio rentável para nenhuma nação, a não ser para os grupos financeiros, especuladores de bolsas de valores e investidores, que chamou de “parasitas econômicos do imperialismo”, por colocarem no exterior o excedente ocioso de capital que não podiam investir mais lucrativamente em seu país, obtendo com isso inúmeras vantagens.

Para combater isso, Hobson propunha uma reforma social, com elevação dos salários e aumento dos impostos e gastos públicos. Ele considerava o “fenômeno imperialista” como um desajuste temporal e uma doença curável do capitalismo, associando a expansão colonial e o desenvolvimento capitalista das metrópoles ao excesso de poupança e ao subconsumo, em conjunto com os aspectos políticos, ideológicos e morais da época. Para Hobson, as anexações novas da

Grã-Bretanha tinham sido de alto custo e só capazes de proporcionar mercados “pobres e inseguros”. Também classificava como imperialismo a submissão das colônias ao poder absoluto das metrópoles. Funcionários, mercadores e industriais exerciam seu poder econômico sobre “as raças inferiores”, consideradas incapazes de autogoverno. A única vantagem real do imperialismo, segundo Hobson, era o escoamento da sobre-população industrial da Inglaterra; o movimento migratório para as colônias havia poupado à grande potência de sofrer “uma revolução social”. Nesse último ponto, não havia diferenças entre o liberal Hobson e o negociante imperialista Cecil Rhodes.

Hobson explicou as “contradições do imperialismo” a partir das “recorrentes crises do capitalismo, quando a superprodução se manifesta nas principais indústrias”. Hobson não escondeu que o novo imperialismo capitalista, apesar de ser um “mau negócio para a nação”, era um bom negócio para certas classes, cujos “bem organizados interesses de negócios são capazes de sufocar o débil e difuso interesse da comunidade” e de “usar os recursos nacionais para seus lucros privados”. Por outro lado, assinalava que “os termos *credor* e *devedor*, aplicados aos países, mascaram a principal característica deste imperialismo. Já que, se as dívidas são ‘públicas’, o crédito é quase sempre privado”. Dentro da classe dos capitalistas tendia a predominar a figura do *rentier* desvinculado da produção;^{xvii} o capital financeiro passava a comportar-se como um prestamista e, finalmente, como um agiota internacional, criando um sistema internacional de dívidas cada vez maior.

Por trás dessas classes agia, segundo Hobson, o grande “capital cosmopolita”, em primeiro lugar a indústria pesada, direta e indiretamente interessada nos gastos *de armamento*: “O imperialismo agressivo, que custa caro ao contribuinte, é fonte de grandes lucros para o investidor que não encontra no interior um emprego lucrativo para o seu capital”. O desenvolvimento armamentista tinha, para ele, razões econômicas e conseqüências políticas. Levava a que “malvados demagogos políticos controlem a imprensa, as escolas e se necessário as igrejas, para impor o capitalismo às massas”. Para Hobson, “a essência do imperialismo consiste no desenvolvimento dos mercados para o investimento e não para o comércio”, não em “missões de civilização” (no estilo ideológico europeu) ou “manifestações de destino” (no estilo norte-americano).

O novo imperialismo era filho da exportação maciça de capitais, conseqüência da “grande depressão” econômica, o que recolocou, junto com o problema do imperialismo, a questão do estatuto teórico da crise na teoria econômica. A Índia, segundo calculou Hobson em finais do século XIX, fora o destino de 20% dos investimentos externos britânicos em todo o mundo. A expansão do investimento fez com que, no último

^{xvi} John A. Hobson. *A Evolução do Capitalismo Moderno*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

^{xvii} Nikolai Bukhárin. *Economia Política del Rentista*. Barcelona, Laia, 1974. Nesse texto, Bukhárin se ocupou pioneiramente da “revolução marginalista” na teoria econômica como expressão teórica indireta do parasitismo financeiro do capital monopolista.

quartel do século XIX, a frente internacional das guerras coloniais inglesas se estendesse no Hindustão, o que era condenável e prejudicial para a própria Inglaterra, na visão do autor que, como vimos, propôs dar um fim político a esse fenômeno.

Do ponto de vista da teoria das crises, Mikhail J. Tugan Baranowsky, “marxista legal” russo (corrente que se diferenciava dos “marxistas ilegais”, os socialdemocratas), sustentou o que segue: 1) O sistema capitalista não enfrentava problemas de realização e que, portanto, podia reproduzir-se de maneira ampliada de modo indefinido; 2) Posto que não existiam problemas de realização, as crises e os desequilíbrios deviam ser interpretados como simples “desproporções” no investimento; 3) Se o sistema se desenvolvesse, deviam ser consideradas falsas as outras teorias da crise que Tugan acreditava reconhecer na obra de Marx, a saber, a teoria da baixa tendencial da taxa de lucro e a teoria do subconsumo.^{xviii} Embora muito criticado, Tugan Baranowsky teve uma influência decisiva em toda uma geração de marxistas, que deduziram o equilíbrio tendencial do capitalismo da modificação dos esquemas de reprodução ampliada de Marx.

Em artigos de *Die Neue Zeit* de 1901-1902, Karl Kautsky atacou as teorias de Tugan-Baranowsky e assemelhadas, sem atacar, porém, a “teoria da desproporcionalidade” como causa fundamental das crises, assinalando que toda produção tem por objetivo final a produção de bens de consumo. O equilíbrio, em si, careceria de significado prático, pois “os capitalistas, e os trabalhadores que eles exploram, proporcionam, com o crescimento da riqueza dos primeiros e do número dos segundos, o que constitui certamente um mercado para os meios de consumo produzidos pela indústria capitalista; o mercado cresce, porém, menos rapidamente do que a acumulação de capital e o aumento da produtividade do trabalho. A indústria capitalista deve, portanto, procurar um mercado adicional fora de seu domínio nas nações não capitalistas e nas camadas da população em situação idêntica. Encontra tal mercado e se expande cada vez mais, porém não com a necessária velocidade... Dessa forma, cada período de prosperidade, que se segue a uma significativa ampliação do mercado, está destinado a uma vida breve, e a crise se torna seu fim necessário”. Chegaria, então, uma época em que “a superprodução será crônica para todas as nações industriais. Mesmo então, os altos e baixos da vida econômica são possíveis e prováveis; uma série de revoluções técnicas, que desvalorizam a massa dos meios de produção existentes exigem a criação em larga escala de novos meios de produção, a descoberta de novos campos auríferos ricos, etc., podem mesmo então, durante certo tempo, estimular o ritmo dos negócios. Mas a produção capitalista exige uma expansão ininterrupta, rápida, para que o desemprego e a pobreza

^{xviii} Mikhail Tugan-Baranowsky. *Les Crises Industrielles en Angleterre*. Paris, Giard, 1913 (original: *Studien Zur Theorie und Geschichte der Handelskrisen in England*. Jena, Fischer, 1901). As ideias básicas do autor tinham sido desenvolvidas em artigos publicados no início do século XX.

dos operários, de um lado, e a insegurança do pequeno capitalista, de outro, não atinjam a uma tensão extrema. A existência continuada da produção capitalista perdura mesmo nesse estado de depressão crônica, mas se torna completamente intolerável para a massa da população; esta é forçada a procurar uma saída da miséria geral, e só pode encontrá-la no socialismo”.^{xix} Esboçada a teoria de uma “depressão crônica” como futuro do capitalismo, Kautsky não foi muito além: “Kautsky foi pouco além da repetição dos conceitos de Marx sobre a dependência geral em que a produção está do mercado para os bens de consumo”.^{xx}

E a exportação de capitais? Para Karl Kautsky, o imperialismo consistia, basicamente, na colonização dos países agrários pelos países industriais, produto inexorável do avanço mundial do capitalismo. Os capitalistas metropolitanos se opunham, segundo Kautsky, à industrialização das regiões colonizadas ou economicamente atrasadas: “Pretendem mantê-las como regiões agrárias através de uma legislação desfavorável, que impeça sua industrialização”, que as transformaria em competidoras das velhas metrópoles. “O imperialismo substituiu o livre-comércio como meio da expansão capitalista... Será o imperialismo o único meio de manutenção da necessária relação entre indústria e agricultura dentro dos limites do sistema capitalista?”, se perguntava o “papa do socialismo”. E respondia: “O esforço para conquistar regiões agrárias, para submeter suas populações à escravidão, é tão inevitável à sobrevivência do capitalismo que impede que qualquer grupo capitalista se lhe oponha seriamente”.

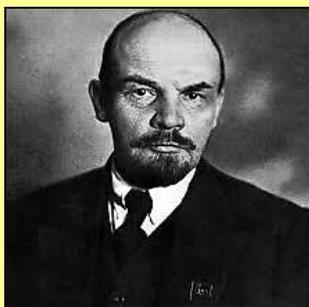
No Congresso de Stuttgart da Internacional, celebrado em 1907, o debate sobre a questão colonial foi revelador. Um setor da socialdemocracia alemã não vacilou em autodesignar-se como “social-imperialista”. O pensamento dessa corrente se refletiu na intervenção do dirigente holandês Van Kol, quem afirmou que o anticolonialismo dos congressos socialistas precedentes não havia servido para nada, que os socialdemocratas deveriam reconhecer a existência indiscutível dos impérios coloniais e apresentar propostas concretas para melhorar o tratamento aos indígenas, o desenvolvimento dos seus recursos naturais, e o aproveitamento desses recursos em benefício de toda a raça humana. Perguntou aos opositores ao colonialismo se seus países estavam realmente preparados para prescindir dos recursos das colônias. Lembrou que Bebel (um dos fundadores da socialdemocracia alemã) havia dito que nada era “mau” no desenvolvimento colonial como tal, e se referiu aos sucessos dos socialistas holandeses ao conseguirem melhoras nas condições dos indígenas das colônias de sua metrópole.^{xxi}

^{xix} Karl Kautsky. *Teorie delle Crise*. Florença, Guarraldi, 1976 [1902].

^{xx} Paul Sweezy. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976,

^{xxi} Leopoldo Mármora (ed.). *La Segunda Internacional y el Problema Nacional y Colonial*. México, Pasado y Presente - Siglo XXI, 1978.

A comissão do Congresso encarregada da questão colonial apresentou a seguinte posição: “O Congresso não rechaça por princípio em toda ocasião uma política colonial, que sob um regime socialista possa oferecer uma influência civilizadora”. Lênin qualificou de “monstruosa” a posição e, junto com Rosa Luxemburgo e Martov, apresentou uma moção anticolonialista, que seria vencedora. A hora da verdade também se apresentou para o único partido latino-americano presente no Congresso de Stuttgart, o Partido Socialista Argentino. O delegado do partido, Manuel Ugarte, votou a favor da moção anticolonialista e anti-imperialista; poucos anos depois foi expulso do partido, sob a acusação de nacionalismo.^{xxii} O principal dirigente do PSA, Juan B. Justo qualificaria, mais adiante, de “idiotices” as teorias de Lênin acerca do imperialismo. O comentário que a resolução anticolonialista mereceu da sua parte foi: “As declarações socialistas internacionais sobre as colônias, salvo algumas frases sobre a sorte dos nativos, se limitaram a negações insinceras e estéreis. Não mencionaram sequer a liberdade de comércio, que teria sido a melhor garantia para os nativos, e reduzido a questão colonial ao que devia ser”.



O resultado da votação acerca do colonialismo na Internacional foi uma amostra da divisão existente: a posição colonialista foi rejeitada por 128 votos contra 108: “Neste caso marcou-se a presença de um traço negativo do movimento operário europeu, que pode ocasionar não poucos danos à causa do proletariado. A vasta política colonial levou, em parte, ao proletariado europeu a uma situação pela qual não é seu trabalho o que mantém toda a sociedade, mas o trabalho dos indígenas quase totalmente subjugados das colônias. A burguesia inglesa, por exemplo, obtém mais ingressos da exploração de centenas de milhões de habitantes da Índia e de outras colônias, do que dos operários ingleses. Tais condições criam em certos países uma base material, uma base econômica, para contaminar o chauvinismo colonial ao proletariado desses países”.^{xxiii} O colonialismo capitalista era, para Lênin, uma maneira de manter e aumentar os lucros das grandes burguesias metropolitanas e a condição para que se mantivesse ou melhorasse o nível de vida de parcelas privilegiadas do proletariado europeu.

^{xxii} As posições de Manuel Ugarte (1878-1951) em favor da “unidade hispano-americana” foram sintetizadas em *El Porvenir de America Latina*, publicado em 1910. Ugarte chegou a ser embaixador da Argentina no México, entre 1946 e 1948, durante o primeiro governo de Juan D. Perón.

^{xxiii} V. I. Lenin. *Los Socialistas y la Guerra*. México, Editorial América, 1939.

Os autores marxistas, em geral, privilegiaram as relações econômicas e suas consequências internacionais na sua análise do fenômeno dos monopólios. As imbricações entre as razões econômicas e as estratégicas constituíram, desde o início, o núcleo do debate acerca do imperialismo capitalista. Rudolf Hilferding, no seu *Capital Financeiro*, de 1910, analisou de modo pioneiro a nova figura do capital, resultante da fusão entre o capital bancário e o capital industrial. A era da ilusão liberal do livre entrelaçamento econômico dos indivíduos havia sido substituída pela era das relações entre monopólios. O imperialismo começava a se caracterizar pela produção multinacional.

A mistificação capitalista da livre concorrência entre indivíduos independentes cedia seu lugar à produção em larga escala e à concentração e centralização de capitais. A absorção dos indivíduos às leis do modo de produção capitalista poderia (e deveria) agora exprimir-se diretamente como subordinação de uma classe a outra, não mais aparecendo como relação entre indivíduos singulares. A alteração sofrida pelo conceito de Estado acompanhou o fim do capitalismo da livre concorrência. No capitalismo monopolista a ideologia prevalecente passou a ser a que assegurava à própria nação o domínio internacional, “ambição tão ilimitada quanto a própria ambição do capital por conquistar o lucro”.^{xxiv}

No entanto, no que diz respeito à crise evidenciada pela depressão mundial, Hilferding sustentou que, se se produzisse nas proporções corretas, a produção poderia se ampliar infinitamente sem conduzir à sobreprodução de mercadorias. As crises não poderiam ser explicadas pelo consumo escasso. Hilferding atribuiu importância tanto aos movimentos acumulativos como aos efeitos dos desequilíbrios parciais das diferentes trocas de preços, dos momentos de atraso e dos fatores institucionais. Observou, por exemplo, o efeito de aumentos irregulares da oferta, os quais devem ser atribuídos a longos prazos de maturação dos investimentos, e que multiplicam, por sua vez, o perigo de investimentos exagerados quanto mais o desequilíbrio entre oferta e demanda durar. A exportação de capitais parecia ser um paliativo a essa tendência.

Num texto de 1913, Lucien Saniel, socialista francês radicado nos EUA, caracterizou que a nova “era dos monopólios” tinha definido o lugar hegemônico do capital financeiro; ela precedia a bancarrota geral do capitalismo, embora sem vincular esse fenômeno com o imperialismo. A nova era histórica (sua análise tomava como centro os EUA) era dominada pelo capital financeiro (os bancos) e substituída “a concorrência pela concentração”, na qual “novas máquinas e novos processos de produção criaram nos ramos fundamentais da manufatura condições que não só requerem um capital considerável para sua operação, mas também tornam suicida a concorrência entre poderosas firmas e corporações”; uma análise que

^{xxiv} Rudolf Hilferding. *O Capital Financeiro*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

lembra a realizada por Karl Kautsky. E completava: “No curso natural do desenvolvimento capitalista o Poder Bancário obteve o comando supremo das atividades da nação. Em tão elevada posição ele perdeu todo senso de responsabilidade econômica, dever público e princípios morais, corrompendo os poderes públicos e tornando-os o instrumento de seu despotismo... Nada pode salvar (à nação) das consequências de seus desmandos. Seu colapso é inevitável... O último dia do Poder Bancário será também o último do Sistema Capitalista e o primeiro da Comunidade Socialista”.^{xxv}

Faltava em Sanial uma “teoria do imperialismo [que] trata da forma fenomênica especial que adota o processo (capitalista) em uma etapa particular do desenvolvimento do modo de produção capitalista”.^{xxvi} Segundo Trotsky, a mudança histórica propiciada por essa “etapa particular” se contrapunha à perspectiva inicialmente traçada por Marx (“O país mais desenvolvido industrialmente - escrevera Marx no prefácio da primeira edição de *O Capital* - não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido”): “Somente uma minoria de países realizou completamente a evolução sistemática e lógica desde a mão de obra, através da manufatura doméstica até a fábrica, que Marx submeteu à uma análise detalhada. O capital comercial, industrial e financeiro invadiu, desde o exterior, os países atrasados, destruindo em parte as formas primitivas da economia nativa e, em parte, sujeitando-os ao sistema industrial e bancário do Oeste. Sob a imensa pressão do imperialismo, as colônias e semicolônias se viram obrigadas a abrir mão das etapas intermediárias, apoiando-se ao mesmo tempo artificialmente em um nível ou em outro. O desenvolvimento da Índia não duplicou o desenvolvimento da Inglaterra; *não foi para ela mais que um complemento*”.^{xxvii}

A caracterização do Império Britânico foi objeto de controvérsias. Robnson e Gallagher enfatizaram a continuidade da política imperial britânica durante todo o século XIX, ressaltando que a estratégia dos estadistas britânicos não se alterou em nenhum momento. Crises na periferia levaram o governo britânico a intervir em defesa dos interesses econômicos e estratégicos da Grã-Bretanha, e essa seria a base do imperialismo britânico. O *scramble for Africa*, eles argumentaram, foi um resultado da defesa pela Grã-Bretanha de rotas estratégicas no continente frente à crescente rivalidade de outras potências europeias. Segundo esses autores, o “novo imperialismo” britânico teria surgido como resultado da necessidade da Grã-Bretanha de manter os territórios que eram importantes para os seus interesses estratégicos e não, como defendido por Hobson e Lênin, para dar vazão ao excesso de capitais

acumulados na metrópole.^{xxviii} O imperialismo inglês teria tido, para Robnson e Gallagher, razões geopolíticas mais do que econômicas.

Uma nova geração de teóricos marxistas enfrentou a questão, ou melhor, as questões do imperialismo e da crise, e a de seus vínculos, na década de 1910. Em 1913, em *A Acumulação de Capital*, Rosa Luxemburgo postulava que a acumulação de capital, na medida em que saturava os mercados capitalistas, exigia a conquista periódica e constante de espaços de expansão não capitalistas: na medida em que estes se esgotassem, a acumulação capitalista tornar-se-ia impossível. A acumulação de capital, sua reprodução ampliada, seria impossível em um sistema puramente capitalista: “A realização da mais-valia requer, como condição primeira, um estrato de compradores situados fora da sociedade capitalista”, que fosse nas metrópoles (camponeses, pequenos comerciantes e pequenos produtores) ou nas colônias.

Para Rosa Luxemburgo, desse modo, o imperialismo era uma necessidade inelutável do capital, de qualquer capital e não necessariamente do capital monopolista ou financeiro, não sendo específico de uma fase diferenciada do desenvolvimento capitalista; era a forma concreta que adotava o capital para poder continuar sua expansão, iniciada nos seus próprios países de origem e levada, por sua própria dinâmica, ao plano internacional, no qual se criavam as bases de seu próprio desmoronamento: “O capital prepara duplamente sua derrubada: por um lado, ao estender-se à custa das formas de produção não capitalistas, aproxima-se o momento em que toda a humanidade se comporá efetivamente de operários e capitalistas, situação em que a expansão ulterior e, portanto, a acumulação, se farão impossíveis. Por outro lado, na medida em que avança, exaspera os antagonismos de classe e a anarquia econômica e política internacional a tal ponto que provocará uma rebelião do proletariado mundial contra seu domínio muito antes que a evolução econômica tenha chegado até suas últimas consequências: a dominação absoluta e exclusiva do capitalismo no mundo”.^{xxix} [*Continua*]

Oswaldo Coggiola

BOLETIM CLASSISTA

Conselho de Redação: Cristiana de Vasconcelos Lopes – Carlos Sanches – David Lucius – Edgar Azevedo – José Menezes Gomes – José Alberto Bandeira Ramos – Michel Goulart Silva – Marly Viana – Claudio Maia – Ana Lucia Gomes Muniz – Fernando Camargo – Paulo Sergio Ribeiro de Pinho – Janete Luzia Leite – David Maciel – Tito Fagundes – Iná Camargo Costa – Edneila Chaves – Rosana de Moraes – Gustavo Morélia – Hernan Gurian – Frederico Falção (*In Memoriam*) – André Bof – Evandro Maia – Alexandre Donas – Antônio Bosi – Carlos Borba – Daniel Costa – Santiago Marimondo – Marcos Assis – Juca Lima – Carlos Bauer

e-mail: boletimclassista@gmail.com

blog: <https://bclassista.blogspot.com/>

^{xxv} Lucien Sanial. *General Bonkrupcty or Socialism*. Nova York, Socialist Party, 1913.

^{xxvi} Tom Kemp. *Teorie dell'Imperialismo*. De Marx a oggi. Turim, Einaudi, 1969.

^{xxvii} Leon Trotsky. *Naturaleza y Dinámica del Capitalismo y la Economía de Transición*. Buenos Aires, Ceip, 1999.

^{xxviii} John Gallagher e Ronald Robnson. The imperialism of free trade. *Economic History Review*, vol. VI, nº 1, Londres, 1953.

^{xxix} Rosa Luxemburgo. *La Acumulación del Capital*. Havana, Ciencias Sociales, 1968.